

TRAGÉDIA ANUNCIADA

Desastre no Rio Grande do Sul expõe despreparo e exige reestruturação imediata das cidades para enfrentar as mudanças climáticas



GUTENBERG BRITO

VIDAS E VOZES NA TERRA YANOMAMI — Um ano depois de ser a primeira equipe de comunicação da Fiocruz a colaborar com as ações emergenciais na Terra Indígena Yanomami (TIY), em Roraima, Radis acompanha o lançamento da exposição “O céu que nos protege”, no Centro de Recepção do Museu da Vida, no campus Manguinhos da Fiocruz, no Rio de Janeiro. A mostra reúne registros das três equipes de comunicação da Fiocruz — Radis, Canal Saúde e Videosaúde — que estiveram no território indígena após o decreto de Emergência Sanitária, de janeiro de 2023. Você pode conferir o resultado da viagem e a cobertura realizada pelo repórter Adriano De Lavor (à esquerda), pelo editor Luiz Felipe Stevanim (à direita) e pelo fotógrafo Eduardo de Oliveira (ao centro) na edição especial 247 (abril de 2023) e em outras edições: <https://bit.ly/4bmvSar>



edição 260 ■ maio 2024

NOSSA CAPA: FOTO AÉREA DE OPERAÇÃO DE RESGATE DO CORPO DE BOMBEIROS RS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, EM 5/5/24. CRÉDITO: LAURO ALVES / SECOM.



- EDITORIAL
- 3 Os eventos extremos chegaram**
- 4 VOZ DO LEITOR**
- 5 SÚMULA**
- CAPA | MUDANÇAS CLIMÁTICAS
- 10 Estado de calamidade**
- 17 Crise climática aumenta doenças**
- POVOS INDÍGENAS
- 20 20 anos de luta pelo direito à terra**
- ATENÇÃO BÁSICA
- 22 Psicólogos em equipe**
- 25 Quando todas as equipes precisam se unir e intervir**
- SAÚDE MENTAL
- 27 Abre alas para a liberdade**
- 28 Piração da alegria**
- 31 Loucura carnavalesca**
- 34 SERVIÇO**
- PÓS-TUDO
- 35 Por que é urgente falar sobre crise climática e deslocamentos humanos**

Os eventos extremos chegaram

A catástrofe sem precedentes no Rio Grande do Sul toca o coração e mobiliza toda a sociedade brasileira. *Radis* tratou exaustivamente das mudanças climáticas e seus efeitos em nossa última matéria de capa e em outras anteriores, mas não poderia ser outro o assunto principal também nesta edição.

A cobertura jornalística da imprensa e as postagens nas redes sociais mostraram diariamente a dimensão das chuvas, o transbordamento dos rios e lagoas, os alagamentos das cidades, o salvamento de pessoas e animais, o resgate e acolhimento em abrigos das famílias e comunidades inteiras que perderam suas casas, seus bens e, principalmente, a vida de pessoas queridas. Muitos seguiam desaparecidos. Embora despreparado, o poder público, desde as prefeituras aos governos estadual e federal, agiu após o desastre e articula agora vultuosos investimentos em assistência aos atingidos e na reconstrução das regiões afetadas. O grande e belo fenômeno desde o primeiro momento, no entanto, foi a enorme solidariedade da população com os atingidos e do restante da sociedade brasileira com o povo gaúcho.

A matéria de *Radis*, elaborada pela repórter Liseane Morosini, descreve com relatos, números e imagens a situação de calamidade nas vastas regiões atingidas. A reportagem se propõe a uma reflexão sobre as causas da mudança do clima e sobre o despreparo das estruturas públicas e do conjunto da sociedade para se adaptar e lidar com os eventos extremos.

“Preparamos um guia para que nossos leitores compreendam os impactos das mudanças climáticas, um problema que pede atenção urgente de todos os níveis do poder público e da sociedade civil. Uma questão que, por sua escala e intensidade, já é considerada uma das maiores ameaças à vida, ao bem-estar e à saúde individual e do planeta e afeta, sobretudo, as populações mais vulnerabilizadas”, escreve Liseane, que ouviu especialistas e reuniu informações de instituições de pesquisa.

Pesquisadores e ambientalistas advertiam, desde os anos 1970, que o modelo de desenvolvimento baseado na queima de combustíveis fósseis, destruição da natureza, produção e consumo excessivos e ocupação urbana e rural inadequadas provocava o aquecimento do planeta e outras mudanças ambientais globais. Desde a Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas de 1997, o alerta é que, se os países não realizarem transformações estruturais nos processos econômicos e ambientais, as mudanças seriam irreversíveis

e causariam eventos climáticos extremos cada vez maiores e mais frequentes.

Em 2024, por incrível que pareça, ainda há setores com peso nas decisões da economia e da política no Brasil e no mundo que tentam negar as mudanças climáticas, indiferentes às suas consequências para a população. Uma parte da população, orientada por negacionistas supõe cegamente que os cientistas estão errados. Mas mesmo esses, embora não tomem as grandes decisões, infelizmente, também irão sentir as consequências das decisões inadequadas.

No Brasil, as providências para a adaptação do país e de cada município às mudanças climáticas não existem, estão atrasadas, ou se mostram insuficientes, quando não acrescidas do desmonte das estruturas de regulação e fiscalização ambiental ocorrida nos anos recentes. A maioria dos parlamentares tem barrado leis e regulações mais avançadas e segue defendendo retrocessos maiores.

Enquanto o drama dos gaúchos comove os brasileiros, os mesmos esquemas sórdidos que estimularam infecção e morte durante a pandemia de covid-19 seguem fabricando e compartilhando uma enxurrada de fake news sobre a tragédia atual. Contra a produção industrial de mentiras e as big techs que lucram com a desinformação e o discurso de ódio, o Supremo Tribunal Federal tem assumido posições firmes.

O mesmo não se pode dizer da mesa diretora da Câmara dos Deputados, que interdita, desde maio de 2023, como mostra outra matéria nesta edição, a tramitação e votação do Projeto de Lei 2630/2020, que objetiva instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e regulamentar a atuação de plataformas digitais como redes sociais, buscadores eletrônicos, disparadores de mensagens e indexadores.

Temos muito a aprender com as tragédias e com a dor do outro. Ao constatar na tragédia do Sul a comprovação dos alertas da ciência sobre o clima, que seja cobrado dos dirigentes empresariais e políticos uma nova postura diante das transformações necessárias. Com base nesse novo compromisso com a preservação da vida na catástrofe atual, que nunca mais seja aceito o obscurantismo e a barbárie que vivenciamos nos tempos da desassistência de um governo à saúde da população, como ocorreu na pandemia de covid-19. Que tenhamos na empatia despertada em favor dos gaúchos uma referência de solidariedade em relação a qualquer outra população em condição de sofrimento no Brasil e no mundo. Uma solidariedade humana e irrestrita.

■ **ROGÉRIO LANNES ROCHA**, COORDENADOR E EDITOR-CHEFE DO PROGRAMA *RADIS*

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail: radis@ensp.fiocruz.br | Tel: (21) 3882-9026 | Av. Brasil, 4036, Sala 510, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, CEP 21040-361

POESIA COTIDIANA

Olá, equipe da *Radis*!

Sou moradora da Maré e hoje estive na Fiocruz e, mais uma vez, tive contato com a revista. Sempre que vou à Clínica Moura Brasil, acabo filando (risos!) e leio algumas matérias. Não posso negar que já até pedi um exemplar que lá estava exposto, na recepção, e levei para o meu trabalho. Vim aqui para parabenizar vocês! A matéria 'Elas, trabalhadoras domésticas', simplesmente, tocou-me muito, primeiro por ser muito significativa, pelo respeito e sensibilidade como foram tratadas as mulheres, as trabalhadoras domésticas, as artistas, suas narrativas e como foi abordado esse assunto que é extremamente importante para toda a sociedade.

Hoje, peguei até mais exemplares, na Biblioteca de Manguinhos, pois vou 'presentear' uma senhorinha que retornou seus estudos, no CEJA-Maré, aos 78 anos de idade; era seu sonho voltar a estudar. Sei que ela gostará de receber as revistas, pois trazem assuntos que são atuais, relevantes socialmente e que, com certeza, será de muita utilidade para enriquecer a leitura e as pesquisas que ela, muitas vezes, necessita fazer. É isso, gente, gostaria de compartilhar com vocês esse meu sentimento; gostaria de ter tempo pra ler tudo, mas nem sempre dá...

É VILA DE GENTE

(Pela leitora Sara Alves)

É Vila da minha vida
 Dos meus pesadelos e realidade
 Realidade e sonhos
 De Cidade Fantasma eu te chamava
 Tudo desconhecido. Ninguém me encantava
 Sofri com a dor, mas não perdi as raízes da minha infância
 Amigos que não vejo mais
 Amigos que ficaram pra trás
 Amigos que não esqueço jamais
 É Favela Querida!

[Leia o poema completo de Sara no site de *Radis*]

Ah... vou também 'presentear' uma amiga, assistente social, que atua em um CRAS, pois assim como eu, ela é uma incentivadora da leitura e da escrita também. Possibilitar bons materiais para leitura e reflexões, no nosso espaço de atuação, é algo fundamental para a população que atendemos também. Outra coisa... eu gosto de escrever, participei da

FLUP [Feira Literária das Periferias] em 2017 e tive um poema publicado na Coletânea 'Seis Temas à Procura de Um Poema' que se chama 'É Vila de Gente'. Gostaria de compartilhar com vocês, pois quem sabe, haja interesse em publicá-lo no Espaço Voz do Leitor. Seria uma honra e um grande prazer ter um poema que escrevi, na *Radis*. Nossa, seria o máximo! Espero que gostem.

Sara Alves, via Instagram

R: Querida Sara, ficamos honrados com seu lindo depoimento e em poder publicar seu poema em nossas páginas. Leitoras como você dão sentido ao nosso trabalho!

YANOMAMI

Excelente matéria.

Cláudia Lopes, via Instagram

Parabéns, equipe comprometida e talentosa.

Sandra Raquew Azevedo, via Instagram.

VÍTIMAS DA PANDEMIA

A saudade dói, e dói muito, mas quando vejo sobrinho de 9 anos órfão de pai, com a ausência do pai atencioso, amoroso, corajoso, trabalhador, que só tinha coisas boas a ensinar, a perda que ele teve e de tantas crianças, assim como meu sobrinho, é muito, muito, muito triste.

Lucrécia Vicencio, via Instagram

COVID-19: QUATRO ANOS DEPOIS

A *Radis* foi essencial para enfrentarmos tudo isso com informação científica, numa linguagem acessível, de qualidade. No meio do furacão, não soltou nossa mão. Parabéns pelo empenho, competência e resiliência de toda a equipe, que conseguiu manter a produção da revista em meio a tantas dificuldades.

Aponira Farias, via Instagram

CARAS LEITORAS

Sou fã da *Radis* Comunicação e Saúde, desde quando eu era da ONG Gapa-CE, na década de 90. Foi quando a conheci e fiz a minha assinatura. Eu trabalho, usando as matérias da *Radis*, como mote para a geração de diálogos e debates, sobre os temas. Parabéns, por um trabalho tão primoroso e compromissado.

Iolanda Santos, via Facebook

R: Obrigado pelo carinho e por nos acompanhar ao longo dos anos, Iolanda! Leitoras como você nos inspiram ainda mais em nossa luta em favor da saúde pública, por um SUS fortalecido, pela democracia e pelo direito à cidadania plena para todas as pessoas!

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Mario Moreira
 Presidente

ENSP

Marco Menezes
 Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
 Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
 Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
 Editor

Ana Cláudia Peres
 Subeditora

Reportagem
Adriano De Lavor
Glauber Tiburtino
Licia Oliveira
Liseane Morosini

Estágio Supervisionado
Giovanna Garcia, Izabelly Nunes e Luíza Zauza

Arte
Eduardo de Oliveira
Felipe Plauska

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas
Carolina Ferreira
Ingridi Maia da Silva

ASSINATURAS

Assinatura grátis
 (sujeita a ampliação)
 Periodicidade mensal
 Impressão Gráfica RJ Offset
 Tiragem 117.100 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.





Fome recua e comida chega à mesa

Uma boa notícia e um fato a comemorar. Em 2023, 24,4 milhões de brasileiros conseguiram ter comida de verdade na mesa e passaram a tomar café, almoçar e jantar todos os dias. Segundo dados do módulo Segurança Alimentar da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, o número de pessoas com insegurança alimentar e nutricional grave no Brasil recuou de 33,1 milhões, em 2022, para 8,7 milhões em 2023, passando de 15,5% da população para 4,1%. A queda registrada foi de 11,4 pontos percentuais e esse patamar é o menor em cinco anos.

A pesquisa foi divulgada (25/4) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os números de 2022 foram colhidos pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan). Realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o levantamento mostrou que a fome ainda atinge 8,7 milhões no Brasil. Em 2023, o país tinha 27,6% (ou 21,6 milhões) dos seus domicílios em situação de insegurança alimentar, sendo 18,2% (ou 14,3 milhões) com insegurança alimentar leve, 5,3% (ou 4,2 milhões) com insegurança alimentar moderada e 4,1% (ou 3,2 milhões) com insegurança alimentar grave.

O percentual de lares sob insegurança alimentar é menor do que o observado em 2017 e 2018 (36,7%), quando o país sentiu os efeitos da recessão, mas é maior que há uma década (22,6%). O total de brasileiros que

passou a ter a garantia de se alimentar é maior que a população de vários países da América do Sul e que algumas regiões do Brasil. Apesar da boa notícia, que confirma o impacto da retomada de políticas públicas de combate à fome e à pobreza, a grande imprensa preferiu dar destaque ao que ainda deve ser conquistado, como 8,7 milhões de pessoas que ainda não têm o que comer.

Quem tem fome, tem pressa

- **33,1 milhões de pessoas**
(15,5% da população do país)
tinham fome em 2022
- **Em 2023, eram 8,7 milhões**
(4,1% da população)



Plataformas sem lei: Musk x STF

O debate sobre a regulação da internet no Brasil teve novo capítulo que pode parecer uma simples queda de braço entre o dono da rede social X [antigo Twitter], Elon Musk, com o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, mas que na realidade revela uma tendência internacional das grandes plataformas digitais pressionarem os governos nacionais para que não haja regras para a sua operação no território desses países.

Nas redes sociais, o bilionário sul-africano, naturalizado norte-americano, Elon Musk, foi alçado à condição de novo “ídolo” da extrema-direita brasileira. Desde o início de abril, Musk vem atacando o ministro do STF na internet. O empresário ameaçou desbloquear perfis suspensos por determinação judicial no âmbito dos inquéritos que investigam a disseminação de desinformação nas redes sociais e chamou Moraes de “ditador”. Falou também em retirar sua rede social do Brasil.

O STF e o Congresso Nacional reagiram às ameaças e o assunto vem repercutindo na imprensa. O presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, ressaltou (9/4), no Correio Braziliense, que qualquer empresa que opere em território nacional “está sujeita à Constituição Federal”.

O ministro Alexandre de Moraes incluiu o empresário no inquérito das milícias digitais, que investiga a propagação de fake news contra as instituições democráticas brasileiras. Além disso, o magistrado também fixou uma multa de R\$ 100 mil caso o bilionário reative as contas suspensas pela Justiça.

PL das Fake News emperra

O Projeto de Lei 2630/2020, que objetiva instituir a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet e regulamentar a atuação de plataformas digitais como as redes sociais, buscadores eletrônicos, disparadores de mensagens e indexadores, está parado na Câmara dos Deputados desde maio de 2023. O tema já foi capa de Radis em outubro de 2023 (*Radis* 253) e volta à cena no noticiário nacional especialmente por conta do embate entre o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes e o dono do X, Elon Musk.

Atualmente o regramento da internet no Brasil é determinado pelo Marco Civil da Internet (Lei 12.695/2014), que não responsabiliza as plataformas pelas publicações de usuários, mas as obriga a retirar conteúdos da rede se houver demanda judicial nesse sentido. Musk tem se manifestado publicamente contra o cumprimento dessas determinações, entrando em choque com a legislação brasileira.

Aprovado pelo Senado desde 2020, o também chamado PL das Fake News está paralisado desde que foi retirado da pauta de votação pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Diferente do Marco Civil, a nova lei pretende responsabilizar as plataformas digitais pelos danos causados por conteúdos indevidos publicados pelos usuários. “Ataques do dono do X, Elon Musk, evidenciam a urgência da aprovação de uma nova regulação democrática para as plataformas digitais, cuja melhor proposta em discussão é o PL 2.630/20”, afirma nota da Coalizão Direitos na Rede (9/4).

Quando a morte vira meme

Qual o limite do humor? A pergunta que reverbera vez ou outra, geralmente quando algum humorista se envolve em uma polêmica, não pode deixar de ser feita quando pensamos no “Caso do Tio Paulo” — episódio em que o idoso Paulo Roberto Braga, de 68 anos, foi levado (16/4) sem vida a uma agência bancária para a assinatura de um empréstimo. Houve quem achasse graça na situação. A morte chocante e inusitada logo virou meme, entrou na pauta social e ganhou ares de piada. Mas rir do quê?

A Agência Lupa publicou (19/4) um artigo com avaliação do caso, destacando a proporção tomada pelo fato nas redes sociais e até mesmo na televisão, em que o humorista Fábio Porchat achou uma boa ideia satirizar o ocorrido em um esquete durante o programa Encontro (18/4) da TV Globo.

Na Lupa, o jornalista Vítor Terra convida a uma reflexão: “As imagens e vídeos da cena se tornaram prato cheio para a inserção de sorrisos, balões de falas e expressões faciais da vítima — que, é importante reforçar, havia acabado de falecer (...) O esboço de um riso pode ser a primeira reação de muita gente, mas é preciso questionar: até que ponto vai a graça de um meme?”.

“Posso falar desse hospital, foi uma das coisas mais importantes da minha vida. Fiquei internada em bons hospitais, muitas cirurgias na minha vida. Nunca tinha sido internada em hospital do SUS e realmente nunca tinha conhecido nada igual, nada, em matéria de amor, carinho, organização. Tudo está acoplado em alguma coisa, uma imensa colmeia, estou me sentindo uma abelha-rainha”.

[Roseana Murray, escritora, em agradecimento à equipe do Hospital Estadual Alberto Torres, em São Gonçalo (RJ), que lhe atendeu após ter sofrido um ataque de pitbulls na praia de Saquarema]



SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO

Diversidade religiosa na formatura

A assistente social Cynthia Luiza Ribeiro do Amaral, 41 anos, foi a primeira formanda da história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a usar a beca branca na colação de grau. Ela teve seu direito garantido pela universidade, após ter feito iniciação para o Candomblé — por estar de preceito religioso, precisaria passar por um período de um ano vestindo roupas brancas e cobrindo os cabelos.

Quando a então estudante do curso de Serviço Social percebeu que a data da formatura coincidiria com esse período, decidiu recorrer à universidade. Cynthia teve seu pedido atendido, após mobilizar setores como a reitoria e o Programa de Ações Afirmativas. A UFSC decidiu confeccionar a beca e o capelo brancos. Segundo a universidade, a indumentária está à disposição para o uso de outros formandos que possam passar pela mesma situação.



HENRIQUE ALMEIDA/AGECOM/UFSC



Poliomielite: avanço na vacinação infantil

Após seguidos anos de queda na imunização contra a poliomielite — atingindo índices de 71% e 72% em 2021 e 2022, respectivamente —, o Brasil voltou a elevar o número de crianças imunizadas contra a doença. Segundo levantamento realizado pelo Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), com dados do Ministério da Saúde, em 2022 nasceram 2,56 milhões de crianças no Brasil e foram aplicadas 2,32 milhões de primeiras doses da pólio — o que significa que 243 mil crianças não receberam a primeira dose da vacina. Em 2023, esse dado melhorou: nasceram 2,42 milhões de crianças no Brasil e foram aplicadas 2,27 milhões de primeiras doses da pólio injetável, restando 152,5 mil crianças a serem imunizadas.

A meta do Programa Nacional de Imunizações (PNI) é vacinar entre 90% e 95% das crianças menores de 5 anos, índice esse que não é alcançado desde 2016. Embora a pólio esteja erradicada no Brasil desde 1989, a Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta para a importância da manutenção da alta cobertura vacinal para que a doença não retorne, uma vez que o vírus que pode causar a paralisia flácida aguda — chamada também de paralisia infantil — ainda circula em alguns países.

Nestlé: mais açúcar no Sul Global

Dois pesos, duas medidas. Esse é o critério que rege as ações da empresa alimentícia Nestlé nos mercados do Sul e do Norte Global. Uma investigação da ONG Public Eye, em colaboração com a Rede Internacional em Defesa do Direito de Amamentar (IBFAN), descobriu que produtos para crianças e bebês, como o Ninho e o Mucilon, contêm adição de açúcar em países da África, Ásia e América Latina — o Brasil incluso. O mesmo não ocorre em versões desse cereal e leite em pó vendidas no mercado europeu. Foram testados 150 itens presentes nos países em desenvolvimento e considerados de Terceiro Mundo e 94% das unidades de Mucilon possuíam açúcares adicionados — em muitos momentos, sem essa informação declarada no rótulo nutricional.

Segundo diretrizes da OMS e do Ministério da Saúde, crianças menores de dois anos não devem ingerir nenhum tipo de açúcar. Diante das evidências, há uma grande preocupação com as implicações dessa prática perversa, uma vez que a introdução de ultraprocessados e alimentos altamente açucarados na infância formam um paladar preparado para esses produtos. Isso cria hábitos negativos de consumo que podem levar à obesidade e a doenças crônicas não transmissíveis como diabetes e hipertensão.



“A retomada da imunização no Brasil é um avanço que merece ser comemorado, mostrando um esforço do país para cuidar da saúde de cada criança. Os desafios, no entanto, ainda existem e precisam ser adequadamente abordados. É urgente encontrar e imunizar cada menina e menino que não recebeu as vacinas”.

[Youssef Abdel Jelil, representante do Unicef no Brasil]

Aumenta violência contra jornalistas e comunicadores na Amazônia

Somente na última década, entre agressões, intimidações e assassinatos, foram registrados 230 casos de violência contra a liberdade de imprensa nos nove estados da Amazônia Legal. Com 89 casos, o Pará é considerado o estado mais violento para comunicadores. O levantamento faz parte do relatório *Fronteiras da Informação*, lançado (23/4) pelo Instituto Vladimir Herzog (IVH), que traz um recorte da situação na região.

A partir dos assassinatos do jornalista inglês Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, em 2022, as denúncias sobre os casos de violência aumentaram ainda mais, segundo o IVH. Essa foi uma das motivações para a criação do relatório, que mostra como esses ataques aos profissionais de comunicação têm relação direta com investigações sobre crimes ambientais, atividades ilegais na região, como garimpo, invasão de terras indígenas e ausência de políticas públicas de proteção.

“A grande importância desse relatório se dá pela capacidade que ele tem de consolidar dados multidisciplinares sobre as várias questões que, direta ou indiretamente, afetam o trabalho de jornalistas e comunicadores que atuam na Amazônia”, avalia Giuliano Galli, coordenador de Jornalismo e Liberdade de Expressão do IVH. A publicação contém ainda recomendações ao Estado e oferece dicas de segurança aos comunicadores.

#Cancelaovape

Desde 1987, o 31 de Maio é considerado o Dia Mundial Sem Tabaco — escolhido pela OMS para alertar sobre doenças e mortes relacionadas ao tabagismo. Em 2024, o tema definido para marcar a data é a proteção das crianças contra a interferência da indústria do tabaco, com foco no alerta sobre os cigarros eletrônicos, também chamados de vape, e outros dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs) [Radis 237].

A Associação de Controle do Tabagismo (ACT) Promoção da Saúde, organização ativa em políticas públicas para a saúde, entrou na campanha e está com inscrições abertas para o concurso cultural “Cancela o Vape”. Podem participar adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, que criarem vídeos criativos e informativos em formato Reels ou TikTok, com duração de até 90 segundos, abordando estratégias utilizadas pela indústria do tabaco para atrair jovens ao consumo de cigarros convencionais e eletrônicos. Interessados têm até 17 de maio para enviar o vídeo de inscrição. Mais informações: <https://bit.ly/concursocancelaovape>.



■ Foram 230 casos de violência contra liberdade de imprensa nos nove estados da Amazônia Legal

■ O Pará é o estado mais violento para os comunicadores, com o registro de 89 casos nos últimos 10 anos.

Fonte: Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj)



DITADURA NUNCA MAIS - Em nome do Estado brasileiro, a Comissão de Anistia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania pediu perdão (2/4) aos povos Guarani-Kaiowá e Krenak por atos cometidos contra eles desde a década de 1940, na Era Vargas, até o período da ditadura militar (1964-1985). Como lembrou o Nexo Jornal, a reparação coletiva não é financeira, mas representa um reconhecimento inédito da violência a que os indígenas foram submetidos. Ambos os povos foram perseguidos, assassinados e expulsos de seus territórios por governos autoritários. Na foto, Enéa de Stutz, presidente da Comissão de Anistia, ajoelha em frente à Djanira Krenak.



ESTADO DE CALAMIDADE

Catástrofes climáticas, cada vez mais frequentes, alertam que as medidas tomadas pelos governos são insuficientes para preservar a vida e a saúde do planeta

LISEANE MOROSINI

A água invadiu municípios do Rio Grande do Sul, fez das ruas correnteza, inundou e arrastou o que tinha pela frente. Nas imagens divulgadas no Brasil e no mundo, foi possível ver a população atônita diante da destruição. Pessoas e animais foram tragados pelo avanço de rios e afluentes, muitos ficaram ilhados e esperaram pelo socorro incerto. Como a água demorou a descer, era difícil para os moradores dimensionar o que tinham perdido ou restado de suas casas. O nível do Guaíba, que banha a capital Porto Alegre, subiu acima do esperado, ultrapassou os muros de contenção e invadiu bairros da cidade. Dez dias foram estimados para que suas águas baixassem. Não baixaram.

Em 17 dias, 447 de 496 municípios foram impactados [90% do total], com proporções desiguais, o que levou ao decreto de calamidade pública válido por 180 dias. Houve falta de luz e água, interrupção dos serviços de telefonia e internet, dificultando os resgates e levando à especulação em itens básicos de sobrevivência, como água potável e comida. O cenário era de desesperança, dor e incredulidade frente a mais um evento climático extremo que, desta vez, arrasou a maior parte do Rio Grande do Sul, estado que registrou inúmeros episódios anteriores de cheias. Porém, até então, nenhuma delas havia atingido tantas localidades e afetado de forma tão intensa a vida de tantas pessoas.



Pavor na BR-116-Sul: interdições e bloqueios devido às inundações e aos deslizamentos provocados pela enxurrada

A chuva que começou em 27 de abril deixou 80 mil pessoas em abrigos, 806 feridas e 540 mil fora de casa, além de ter afetado 2,1 milhões de pessoas, segundo divulgou a Defesa Civil em 13/5. Até essa data, quando ocorreu o fechamento da matéria, foram registrados 127 desaparecimentos e 147 vítimas fatais. Foram resgatados quase 11 mil animais. As buscas continuaram numa corrida contra o tempo. Numa situação sem precedentes, o município de Eldorado do Sul, distante 49 Km de Porto Alegre, foi inundado e, sem ter para onde ir, 2 mil pessoas esperaram por comida e abrigo nas proximidades de uma rodovia, na noite de 6/5, em uma situação de refugiados ambientais.

A chuva deu pouca trégua e dificultou o trabalho de resgate num cenário que lembra a destruição provocada por uma guerra. Resgatar e realocar pessoas, contabilizar prejuízos, buscar mortos e desaparecidos, procurar destroços em casas que ruíram sob o peso da água e da lama

foi o que se viu após o desastre no estado. Via de regra, é essa a cartilha que vem sendo seguida em locais arrasados por fenômenos climáticos extremos.

A catástrofe enfrentada pelos gaúchos, mais uma no cenário nacional, revela, sobretudo, a responsabilidade de gestores públicos para que, em vez de negar o curso da mudança climática e buscar reconstruir locais impactados sem considerar os riscos, implementem políticas públicas de adaptação e mitigação ao clima.

Nesta edição, *Radis* preparou um guia para que nossos leitores compreendam os impactos das mudanças climáticas, um problema que pede atenção urgente de todos os níveis do poder público e da sociedade civil. Uma questão que, por sua escala e intensidade, já é considerada uma das maiores ameaças à vida, ao bem-estar e à saúde individual e do planeta e afeta, sobretudo, as populações mais vulnerabilizadas.



Mathias Velho, em Canoas, foi um dos sete bairros em que houve evacuação por conta do aumento do nível da água

GUSTAVO MANSUR / PALÁCIO FIRMINI

AQUECIMENTO GLOBAL

As chuvas extremas no Sul do Brasil espelham o futuro do que vai acontecer em todo o país caso nada seja feito. “É mais do que previsto que vai aumentar a taxa de chuvas e de eventos climáticos extremos. Precisamos estruturar políticas públicas”, disse à *Radis* o pesquisador Paulo Artaxo, que defende que a sobrevivência da vida humana vai depender das medidas que serão tomadas para reduzir as mudanças no clima.

Paulo Artaxo é físico, climatologista e membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), professor do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que reúne os cientistas mais importantes do mundo para monitorar e assessorar a ciência global frente às mudanças climáticas.

O IPCC produz relatórios com o conhecimento científico sobre mudança climática, impactos, riscos generalizados e possibilidades de mitigação e de adaptação. As informações divulgadas não são as melhores, segundo o cientista. A meta estipulada pelos governos é evitar que as temperaturas fiquem acima de 2 °C, mas o sexto e último Relatório de Avaliação do IPCC (AR6), divulgado em março de 2023, mostra que o ritmo e a escala da ação climática proposta pelos países são insuficientes para enfrentar os resultados dessas alterações.

Sem resultados práticos, as modelagens climáticas apontam para tragédias como a enfrentada pelo Rio Grande do

Sul. Se o planeta continuar esquentando no mesmo ritmo, ondas de calor extremo, tempestades, inundações e secas vão ocorrer em um intervalo menor e com mais intensidade. Esses episódios vão se tornar cada vez mais recorrentes e conhecidos, não só dos brasileiros, amplificando ainda mais os riscos para a saúde humana e os ecossistemas.

De acordo com Paulo Artaxo, os estudos climáticos revelam que a precipitação, que é o vapor de água presente na atmosfera, vai aumentar no Sul, trazendo chuvas e inundações, e diminuir na Amazônia e no Nordeste, provocando períodos de grandes secas. Com avanços tímidos e pouco eficazes, a situação será agravada rapidamente, e serão cada vez mais somadas catástrofes, perdas e prejuízos.

A Ciência mostrou que, com o aquecimento global de 1,1°C, já ocorre a elevação do nível do mar e a diminuição da cobertura de gelo no Ártico. Ainda, uma atmosfera um grau mais quente consegue reter em torno de 7 a 9% mais de vapor d’água que uma atmosfera mais fria. Ou seja, chove mais e em menos tempo. Para complicar a situação, há o efeito simultâneo de El Niño e La Niña, fenômenos naturais que alteram a temperatura do Oceano Pacífico e causam muito sol, com seca, ou muita chuva, com inundações, a depender da região afetada. Um pacote completo que leva direto ao caos.

TEMPO ESGOTADO

Os registros globais do clima foram iniciados em 1850 e um estudo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemadem) mostrou que 2023 foi o ano mais quente em 174 anos. Neste ano, ocorreram 1.161 eventos climáticos em 1.038 municípios monitorados pelo Cemadem. São capitais e regiões metropolitanas onde vivem 55% da população nacional.

O Cemaden foi criado depois da tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro, em janeiro de 2011, que deixou

quase mil pessoas mortas, 100 desaparecidas e cerca de 35 mil desabrigados. A cidade de Petrópolis foi uma das mais atingidas por esta tragédia. Treze anos se passaram e as águas de março de 2024 encontraram a população ainda traumatizada, ceifaram a vida de outras quatro pessoas, sendo três da mesma família, e 90 pessoas foram resgatadas.

Como a realidade está sendo pior do que a previsão feita na década de 70 e 80, Paulo Artaxo avaliou que



GABRIEL LAIN

Devastação: a reconstrução de municípios como Roca Sales deve ser feita em áreas mais seguras e preparadas para enfrentar eventos climáticos extremos

qualquer atraso em uma ação global, coordenada e conjunta, levará a perda de uma breve janela, que se fecha rapidamente, para assegurar um futuro habitável. Segundo o cientista, não basta reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE), mas é preciso mudar o modelo econômico, que é baseado em concentração de renda, exploração e destruição dos recursos naturais.

“Ele não é sustentável sequer a curto prazo. Estamos rompendo essa conexão vital entre nós e o planeta. O planeta vai continuar a sua trajetória, mas talvez ele seja obrigado a deixar para trás uma espécie predatória que não deu muito certo. Isso já aconteceu antes, pode acontecer de novo”, sentenciou Artaxo, em aula pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fiocruz, em março de 2024.

IMPACTO HUMANO

O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) revela que, entre agosto e novembro de 2023, ocorreram seis ondas de calor e o Brasil registrou média de três eventos climáticos por dia. Um recorde, segundo o Cemadem, que afirmou em Nota Técnica (NT), em 6 de março, que o segundo semestre de 2024 promete novos fenômenos e novas catástrofes.

Se todos são atingidos pelas alterações do clima, nem todos sofrem os impactos da mesma forma. Segundo o relatório do IPCC, são as pessoas vulneráveis e os ecossistemas “especialmente difíceis”, que contribuíram em menor escala para as alterações climáticas, que têm sido desproporcionalmente afetados por seus efeitos. Especialistas apontam que a desigualdade está na raiz da crise e é necessário promover a justiça climática [Radis 257, fevereiro 2024].

Em junho de 2023, um ciclone extratropical atingiu o Rio Grande do Sul e passou por Maquiné, a 129 quilômetros de Porto Alegre, e seus quase 7,5 mil moradores. A cheia fez com que 80% da cidade ficasse ilhada. Naquele momento, um abaixo-assinado dos moradores alertava que, mais do que catástrofes naturais, esses eventos representavam “a força da Natureza em restabelecer seu curso, suas leis e impor a necessidade de respeito” e pedia “planos de recuperação e prevenção”.

Em maio de 2024, as águas invadiram novamente Maquiné. Levantamento da Prefeitura mostrou que houve queda de pontes, localidades isoladas, 300 km de estradas danificadas, comunidades sem água e luz e havia 150 pessoas desabrigadas em 6/5. No distrito de Barra do Ouro havia cerca de 1,8 mil pessoas isoladas, com pacientes oncológicos e pessoas sem acesso à hemodiálise.

MUDANÇA NA ATMOSFERA

A mudança no clima não se deu de uma hora para outra. Ao longo do tempo, é possível observar o dedo e a ação humana, mais precisamente, há pelo menos 125 mil anos, como pontuou Artaxo, ao dizer que o clima, antes, era alterado apenas por questões geofísicas. “O aumento significativo de emissões [de gases de efeito estufa] quer dizer que uma espécie, entre as milhares de espécies no planeta, adquiriu uma propriedade que é mudar a composição da atmosfera

terrestre”, observou.

O relatório do IPCC sublinha a urgência de tomar medidas mais ambiciosas e mostra que uma ação imediata ainda pode garantir o futuro sustentável e habitável para a humanidade. Essa é a “janela” que está fechando a que Paulo Artaxo fez referência, e que precisa ficar aberta para proporcionar a manutenção da vida. O cientista usou também outra metáfora ao falar que o mundo vive uma “encruzilhada”. Há saídas que

vão depender do caminho que será escolhido. Segundo o cientista, elas devem ser baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em entrevista à *Radis* 253 (outubro de 2023), Carlos Machado, coordenador do Centro de Estudos para Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes/Fiocruz), avaliou que o Brasil avançou pouco e experimentou retrocessos significativos nos últimos

anos. O país não está conseguindo alcançar o objetivo de manter o aumento da temperatura do planeta em até 1,5°C comparado a níveis pré-industriais. Para ele, o limite foi ultrapassado. O pesquisador defendeu um pacto global baseado na equidade entre os países para alterar modelos de desenvolvimento sustentados em produções poluentes e geradoras de desigualdades sociais e ambientais.

ACORDOS DO CLIMA

Se há muito os cientistas alertavam sobre a mudança climática, vale pontuar que céticos, descrentes e plantadores de informações mentirosas contrariavam a Ciência, apesar de todos os fatos apresentados nos últimos anos. Os alertas foram comprovados, entre outros, nos relatórios das Conferência de Estocolmo sobre Meio Ambiente Humano, em 1972, da Rio 92 e Rio+20, do Protocolo de Quioto, em 1997, e das Conferências do Clima das Nações Unidas, a COP 26, na Escócia, COP 27, no Egito, e COP 28, nos Emirados Árabes, realizadas em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. “Se nada for feito, vamos ter COP 29 e COP 30, sem resultados”, observou Artaxo.

O que é a COP? A sigla vem de Conferência das Partes, que congrega os países da ONU em conferências mundiais para tomar decisões coletivas e consensuais sobre temas relacionados à mudança do clima. É por meio desses encontros que são pactuados acordos internacionais que buscam soluções concretas e imediatas para reverter o caos climático. Artaxo pontuou que, pela primeira vez, a COP 28 — em Dubai, nos Emirados Árabes — dedicou um dia da programação à Saúde. Para ele, foi um reconhecimento de que saúde pública, transição energética e mudança do clima são temas correlatos que devem ser trabalhados em unidade e com equilíbrio.

O Brasil vai sediar a COP 30, em Belém, no Pará, entre 10 e 21 de novembro de 2025, região que é considerada o pulmão do mundo. O país já faz a sua preparação e o governo ressalta a importância de discutir a Amazônia dentro da Amazônia. Apesar das intenções, em abril de 2024, o Brasil ainda não apresentou uma estratégia de como vai fazer a necessária transição energética e reduzir ou substituir o uso de combustíveis fósseis, principal agente causador das mudanças climáticas.

A conta chegou e ela é alta para todos. O Rio Grande do Sul não sairá dessa sozinho. A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) avaliou (8/5) que o setor público teve R\$ 1,9 bilhão de perdas. O governo estadual divulgou (12/5) que serão necessários quase R\$ 19 bilhões para reerguer o estado, com ações de curto, médio e longo prazo. Já o Ministério da Saúde informou que ao menos 290 estruturas foram atingidas, sendo que 18 hospitais não terão condições de voltar a realizar atendimentos. Outros 75 estavam com funcionamento parcial. Frente aos dados que surgem, a população seguia alarmada em 13/5 com a volta da chuva e nova possibilidade de inundações.

ESGOTAMENTO CLIMÁTICO

O relatório do IPCC diz que “a menos que haja reduções imediatas, rápidas e em grande escala nas emissões de GEE, limitar o aquecimento a 2,0 °C pode ser impossível”. Esse parâmetro está acima do consenso estabelecido entre os países da ONU no Acordo Climático de Paris, um tratado internacional sobre mudanças climáticas, adotado em 2015, que visou limitar o aquecimento global a 1,5 °C em níveis pré-industriais.

Diversos estudos científicos mostram também que, no ritmo das atuais emissões de carbono, o mundo pode enfrentar o esgotamento climático antes do previsto pelos acordos internacionais. Meio grau pode parecer pouco, mas, para o IPCC, reduziria significativamente os riscos e os impactos da mudança do clima, algo que, na visão de Paulo Artaxo, é “absolutamente impossível” de acontecer devido à lentidão das medidas tomadas pelos governos.

“Num cenário otimista de a gente limitar o aumento médio da temperatura em 3° nas cidades nós podemos ter um aumento de temperatura da ordem de 5 °C. Isto é o que nós estamos construindo para a população que vai viver em áreas urbanas no futuro”, disse Artaxo. A saída apontada é neutralizar o carbono e reduzir as emissões em 7% ao ano, entre 2020 e 2050. Depois, entre 2050 e 2100, deve ser feita a remoção do CO2 da atmosfera. “Essa é a tarefa hercúlea que a gente tem que fazer”, afirmou.

Para o cientista, é possível fazer essa transformação, apesar das oposições como as de empresas produtoras de petróleo. “Esse embate é importante para todo mundo se conscientizar que um punhado de indústrias está levando 8 bilhões de pessoas para o pior cenário”, salientou. “São 30 a 40 empresas de petróleo que lucram de 4 a 5 trilhões de dólares por ano que estão causando todo o problema apontado pelo IPCC”.

A GERAÇÃO DE POLUENTES

A emergência climática é provocada principalmente pelo uso insustentável e desigual de energia e da terra e uso

intensivo de combustíveis fósseis à base de carbono, como petróleo, carvão mineral e gás natural. Quando queimados para

gerar energia, em atividades industriais, na agropecuária e em outras finalidades, eles liberam poluentes responsáveis por 80% das emissões de gases do efeito estufa.

Paulo Artaxo salientou que, a cada ano, são jogadas 60 bilhões de toneladas desses gases continuamente na atmosfera e eles são os responsáveis por absorver a radiação ultravioleta, causando um aumento da temperatura do nosso planeta. O pesquisador explicou que o foco atual é o controle do dióxido de carbono, CO₂, responsável por 64% das emissões de GEE, e que, em breve, será feito também o controle de outros gases, como o metano e o óxido nítrico.

A emissão de GEE cresce cerca de 2% a 4% a cada ano, disse o pesquisador. Desde 2000, países como Índia e China aumentaram suas emissões enquanto os Estados Unidos e a Europa conseguiram reduzi-las, como mostram os dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Ele lembrou que essas informações ainda deixam de fora a participação do continente africano como, há

20 anos, também excluía a Índia. “Temos que olhar essa mudança de forma mais ampla do que a gente olhava há uma década”, salientou.

São os países desenvolvidos que geram a maior parte dos efeitos poluentes e o Brasil é o 7º maior emissor de gases de efeito estufa, o 4º em emissões per capita e o 6º em emissões históricas. “É uma falácia dizer que esse é um problema dos países desenvolvidos. Nós estamos entre os dez maiores culpados por esta situação. Queira ou não queira, goste ou não goste”, disse.

Marina Silva, ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, destacou “o tempo perdido” desde a Rio 92 e assumiu que “não houve trabalho preventivo para minimizar os efeitos do clima”. Em entrevista à *Radis* [Radis 259], a ministra afirmou que nenhum país consegue mudar a matriz energética da noite para o dia. “O Brasil, ao longo desses anos, conseguiu ter uma matriz energética 43% limpa e uma matriz elétrica quase 90% limpa. Mas, mesmo assim, ainda tem um espaço de mudança”, avaliou.

PAUTA AMBIENTAL IGNORADA

O Serviço Geológico Brasileiro estimou, em 2023, que quase 4 milhões de brasileiros viviam em áreas de risco em um mapa que cartografou 1,6 mil cidades. Em 2 de maio de 2024, ao analisar o problema enfrentado pela população gaúcha, Marina defendeu a decretação de um estado de emergência climática permanente em 1.942 municípios do país suscetíveis a eventos climáticos extremos.

De acordo com a ministra, é preciso implementar duas frentes de combate a desastres naturais, com uma ação emergencial e estruturante que saia da lógica da gestão do desastre

para a lógica da gestão do risco. Além da ajuda humanitária e do aporte de R\$ 538 milhões em emendas parlamentares, o governo federal anunciou (6/5) o lançamento de um novo sistema de alerta de desastres com avisos que vão se sobrepôr aos demais aplicativos.

À *Radis*, Paulo Artaxo recomendou que é preciso equipar e reforçar as defesas civis da maior parte dos municípios e estados brasileiros, para que possam lidar com rapidez na luta contra eventos climáticos extremos. Focar em prevenção é também parte da ação para que gestores saiam da inércia. Apesar de ter

O Centro de Porto Alegre, completamente tomado pela água, fez com que moradores deixassem a área em busca de locais seguros



enfrentado episódios anteriores, não houve investimentos do governo local em prevenção contra enchentes em 2023.

Marcio Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima (OC), uma rede brasileira sobre a agenda climática, afirmou ao site da BBC que “as tragédias são resultado da falta de adaptação e de combate às mudanças climáticas, duas áreas onde os Executivos precisam fazer mais e onde o Legislativo têm promovido ativamente retrocessos”. O OC revelou, em seu site, que 25 projetos e três propostas de emenda à Constituição (PECs) tramitam no Congresso Nacional e afetam direitos consagrados em temas como licenciamento ambiental, tais como grilagem, direitos indígenas e financiamento da política ambiental. Outra informação é que apenas uma deputada entre 513 parlamentares destinou verba de emendas para as mudanças climáticas.

A pauta ambiental, diz o OC, é ignorada também por sucessivos governos estaduais, e vai além da precipitação. Desastres estão interligados e a destruição de biomas, como o Pampa gaúcho, o Cerrado, a Mata Atlântica e a Amazônia é que leva ao colapso climático. E, enquanto o Rio Grande do Sul ainda enfrentava os impactos da tempestade e a possibilidade de novas chuvas, o OC alertou que o número de queimadas no país, um total de quase 17,5 mil focos, de janeiro a 1º de maio de 2024, é o maior da história desde o início das medições do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1998. “As duas tragédias carregam a impressão digital da crise do clima e reforçam a urgência de falar sério sobre adaptação no país”, diz texto publicado no site do Observatório.

MUDANÇAS GLOBAIS

Segundo Paulo Artaxo, desde o início da Revolução Industrial [1760], a concentração de CO2 aumentou 66%, de metano 259% e de óxido nitroso 123%. A maior emissão de gases vem por meio da queima de combustíveis fósseis (83%) e do desmatamento de florestas tropicais (17%), principalmente, da América Latina, da África e do Sudoeste da Ásia. “Mesmo que o Brasil faça milagres e zere o desmatamento até 2030, se não mexer nos 83% das emissões de combustíveis fósseis, bau-bau para todos”, afirmou.

Do ponto de vista de fenômenos climáticos, o futuro do planeta caminha para o lado dos extremos. “As simulações do IPCC mostram que um evento que ocorreria uma vez a cada 50 anos antes da Revolução Industrial, se a gente aquecer o planeta 3º C, vai ser 39 vezes mais frequente e vai ser cinco vezes mais intenso, que é o que a gente está começando a observar agora”, disse.

São os países tropicais, como o Brasil, que já vivem no limiar superior de temperatura, que vão sofrer os maiores impactos da mudança climática e os beneficiários serão

áreas de clima temperado. “Em particular, a Rússia e o Canadá e os países da Europa. Isso vai causar mudanças significativas na geopolítica global. É um alerta para o governo brasileiro prestar mais atenção no modelo de desenvolvimento”, disse o cientista.

Maristella Svampa, pesquisadora do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (Conicet), da Argentina, apontou à *Radis* que o atual modelo é insustentável porque implica na mercantilização da natureza e na exacerbação da exploração de seus recursos naturais, em matéria publicada em fevereiro de 2024 (*Radis* 257).

É nesse cenário que o Brasil precisa se preparar para os efeitos das mudanças. Sem reduzir as emissões, o aumento médio da temperatura máxima no país vai ser de 5 a 7 graus. “Em Teresina ou Cuiabá que no verão bate frequentemente 41, quando começar a bater 48 graus e 49 graus, o que é que nós vamos fazer para tirar essa população de lá?”, perguntou Artaxo, lembrando que o Paquistão e a Índia enfrentaram uma onda de calor recorde em 2022, o que colocou a vida de milhares de pessoas em risco.

A Fiocruz está unindo forças com empresas e sociedade civil para apoiar as famílias vítimas das chuvas no Rio Grande do Sul.

Para doar, acesse fiocruz.colabore.org/unidosporRioGrandedoSul



CRISE CLIMÁTICA AUMENTA DOENÇAS

LISEANE MOROSINI

A crise do clima tem levado ao aumento de arboviroses, apontou a coordenadora de Vigilância e Laboratórios de Referência da Fiocruz, Tânia Maria Peixoto Fonseca, em vídeo publicado (24/4) no perfil oficial da Fiocruz, no Instagram. Ao observar o componente socioambiental da doença, a pesquisadora disse que 50% da população mundial está exposta à dengue. “O mosquito também se adaptou. Os ovos da fêmea podem ficar até um ano num ambiente seco e eles vão esperar qualquer oportunidade de água para eclodir”.

O clima mudou e o planeta virou um criadouro de mosquitos e vetores que se espalham em velocidade assustadora. Além da dengue, chikungunya e zika, já foram identificados casos de febre oropouche e mayaro no meio urbano, doenças antes restritas às regiões de florestas. Em 2019, pesquisadores da Universidade Federal de Goiás (UFG) identificaram o vírus mayaro em pacientes residentes em área urbana de Goiânia e, em alguns casos, detectaram a co-infecção com o vírus da dengue.

Renata Gracie, pesquisadora do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), observa que desastres causados por ondas de calor, inundação e seca impactam na saúde das populações porque alteram o ambiente. “Temos mais ondas de calor e, logo após, há chuvas intensas e inundações. Quando ocorre seca, surgem

impactos no abastecimento das populações e há dificuldade de cultivo, o que leva, por exemplo, a repercussões nas questões alimentares”, declarou à *Radis*.

A pesquisadora lembra que as inundações podem favorecer o aparecimento de doenças como cólera, leptospirose, dengue, chikungunya, hepatite A, entre outras. Já as ondas de calor causam maior impacto em pessoas com problemas cardíacos, diabetes e questões geniturinárias, e algumas situações mais graves podem levar até à morte. Com relação aos impactos indiretos, ela aponta que há perda na biodiversidade e nos biomas e alterações nos ciclos biogeoquímicos que acabam gerando outras questões de saúde.

Como exemplo, ela citou à *Radis* que as queimadas são um impacto indireto das alterações na biodiversidade, essencial para ecossistemas saudáveis, levando ao aumento de vetores de transmissão de muitas doenças. Com relação às queimadas, ela observa que há registros principalmente de problemas respiratórios. “Ocorrem intoxicações e alguns estudos já mostram resultados com relação a carcinomas”, explicou.

Entre os impactos diretos, a pesquisadora citou problemas de saúde mental e de acompanhamento das populações, já que as unidades de saúde são afetadas pelos desastres. “É um efeito em cadeia. Se a unidade de saúde deixa de prestar atendimento, não ocorre a distribuição dos medicamentos e isso impacta também nas doenças crônicas”, afirmou.

O resgate de pessoas e animais comoveu a sociedade brasileira na tragédia no Rio Grande do Sul





No município de Sinimbu, um dos primeiros impactados pela enchente, o retrato do que restou da unidade de saúde após a inundação.

REUTERS/ANDREW HARRIS

ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

Para a professora Eliane Lima e Silva, da Universidade de Brasília (UnB), um dos principais desafios no contexto das mudanças climáticas é contar com serviços ou estruturas de saúde preparadas para lidar com os eventos decorrentes dos desastres. “Além de ter um serviço de saúde preparado, ele também precisa ser resiliente, porque secretarias de saúde e municípios têm passado por um aumento de demanda. É essencial que o SUS, em todas as suas esferas de gestão, esteja com uma estratégia organizada para fortalecer a capacidade de atuação”, salientou à *Radis*.

Para cada um dos cenários que resultam de alterações no clima, devem ser considerados investimentos em políticas públicas para a resiliência dos estabelecimentos de saúde. Carlos Machado, pesquisador do Cepedes/Fiocruz, disse à reportagem que o setor de saúde tem um importante papel para atendimento, cuidado e vigilância da saúde das populações expostas aos desastres. “É preciso minimizar as consequências desses eventos extremos e auxiliar a população, ou seja, pensar a resiliência do sistema de saúde, o que envolve a sua capacidade de sofrer o impacto: não só resistir,

mas se adaptar”, explicou.

Carlos Machado avaliou que a volta à normalidade de um estabelecimento implica em investimentos em trabalhadores, na qualificação em tecnologias, no mapeamento dos serviços e das áreas de riscos. Para ele, depois de um desastre, é preciso investir na melhoria de infraestrutura, água e energia e realocar algumas unidades de saúde para locais mais seguros, o que envolve um planejamento de curto, médio e longo prazo. Uma pesquisa dimensionou o impacto econômico dos desastres no sistema de saúde, e mostrou que quase R\$ 4 bilhões foram perdidos entre 2000 a 2015.

Não basta reconstruir as unidades nas mesmas bases de antes do desastre se elas estiverem em locais de risco. O mapa dos estabelecimentos de saúde e áreas de risco produzido pelo Observatório de Clima e Saúde, da Fiocruz, ressalta a importância do planejamento ao mostrar a concentração de unidades de saúde em áreas centrais que foram atingidas pelas inundações em Porto Alegre e que podem deixar de prestar atenção adequada às pessoas atingidas e afetadas de alguma forma.

DOENÇA MULTIFATORIAL

Junto com a urbanização desenfreada, a crise e o acesso à água potável, as ondas de calor, a poluição atmosférica e a falta ou inexistência de saneamento favorecem a disseminação de doenças. O mosquito *Aedes aegypti* prolifera em meio à proposta de universalizar o saneamento básico, que tem metas a serem cumpridas até o fim de 2033, e que vão garantir que 99% da população do país tenha acesso à água

potável e 90% ao tratamento e à coleta de esgoto. Ainda não se sabe se as metas serão cumpridas.

Um estudo realizado pelo pesquisador Christovam Barcellos, do Observatório de Clima e Saúde, do Ict/Fiocruz, mapeou dados entre 2000 e 2021 e observou que a ocorrência de eventos climáticos extremos e a degradação ambiental foram fatores decisivos para a expansão da dengue.

O Cerrado, que sofre com desmatamento e queimadas, está entre as áreas mais afetadas. Mesmo regiões como Sul e Centro-Oeste, onde a doença não era comum, registraram alta incidência de dengue no início de 2024.


Segundo o pesquisador, a tendência de expansão da dengue acontece desde 2020. A diferença é que se, antes, havia cinco dias de anomalia de calor, agora, são 20 dias ou mais acima da média ao longo do verão, o que dispara o processo de transmissão de dengue, devido não só ao mosquito, mas também à maior circulação de pessoas. Para piorar o quadro, regiões com altitudes elevadas, que antes funcionavam como barreira para a transmissão, tornaram-se áreas de altas taxas de incidência.

Christovam avalia que, embora a crise climática seja global e evidenciada por conta da temperatura, ela se manifesta de formas diversas nos territórios. Segundo ele, há influência de fatores como as características físicas da vegetação e da organização social e econômica de quem vive em cada lugar. “A nossa tarefa agora é entender essas vulnerabilidades e criar políticas públicas voltadas para a proteção contra as mudanças climáticas, que estão atingindo muito mais populações vulneráveis, como ribeirinhos, sertanejos e favelados”, observou à *Radis*.

Para o pesquisador, as pessoas vulnerabilizadas devem ser ouvidas no debate sobre a mudança climática, ainda dominado por organismos internacionais e cientistas. Esse processo participativo, chamado de governança climática, deve levar em conta os direitos das pessoas e as regulamentações que as protegem para a elaboração de políticas

públicas”. E, nós pesquisadores, entendermos o que ocorre e ajudar tecnicamente e tecnologicamente as populações vulneráveis”, salientou. Ele aponta também que, do território, saem alternativas interessantes, como a agroecologia ou a adaptação de favelas, áreas geralmente desprovidas de cobertura verde, com alta densidade de população e vulneráveis para várias doenças, não só a dengue.

Everton Pereira, coordenador do eixo de Direito Urbano Socioambiental da organização Redes da Maré, entende que há uma negação do debate sobre mudança climática nas favelas. Morador do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, ele disse à *Radis* que o debate ainda é “embrionário” nessas localidades, que abrigam uma parcela da população que mais sofre os impactos.

“Há uma tendência em olhar a favela a partir da carência, do que falta, e não de suas potências. A gente tem a potencialidade para fazer essa discussão, mas ela precisa sair um pouco do ambiente acadêmico e ir um pouco mais para a favela. A gente tem trabalhado muito nesse sentido de comunicar e provocar o debate, de fazer formações principalmente com a juventude e a criançada nas escolas, para que isso se torne uma pauta recorrente nos contextos de favela”, apontou. 

Agradecemos aos fotógrafos Gabriel Lain e Ricardo Giusti [Correio do Povo] que cederam imagens que ilustram esta reportagem

Em Canoas, a água cobriu casas, instalações comerciais e um parque de diversões deixando parte da cidade submersa



PELO DIREITO À TERRA

Maior mobilização indígena do país completa 20 anos e cobra demarcações

TEXTO: ADRIANO DE LAVOR - FOTOS: JULIANA DUARTE

A 20ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL) mobilizou cerca de 9 mil pessoas, representando mais de 200 povos indígenas, em Brasília, entre os dias 22 e 26 de abril de 2024. Sob o tema “Nosso marco é ancestral! Sempre estivemos aqui!”, o acampamento mostra o vigor da luta organizada dos povos originários brasileiros, que em sua primeira edição, em 2004, reuniu apenas 240 indígenas no Distrito Federal.

Vinte anos depois, ativistas e apoiadores enfrentam basicamente os mesmos problemas, relacionados à garantia de direito ao território e de respeito aos seus modos de vida e à biodiversidade. Em cinco dias de reuniões e articulações, a maior mobilização do movimento popular indígena do Brasil não somente cobrou as promessas por demarcações feitas pelo governo Lula, como também afirmou o compromisso com a luta contra a emergência climática e em defesa da democracia.

Entre as pautas levantadas, a defesa pela terra guiou os debates, foi pauta de manifestações públicas, tema de documentos e agenda de comunicadores indígenas. Neste contexto, o debate principal não poderia ser outro que não fosse a Lei 14.701/2023 — que flexibiliza a tese do Marco Temporal e é considerada pelos indígenas como lei do genocídio —, sem deixar de lado a diversidade cultural e a defesa da natureza.

A luta política que percorreu e coloriu as ruas de Brasília em 2024 teve como símbolo uma grande serpente, pintada em jenipapo e urucum. A cobra do tempo, idealizada pelo artista Denilson Baniwa, do Alto Rio Negro (AM), simboliza a resistência e a resiliência dos povos originários, que atravessam e sobrevivem a conjunturas políticas e governos diversos, mas também indica a urgência dos temas levantados, que não afetam apenas indígenas.






EMERGÊNCIA INDÍGENA

“Seguimos afirmando a urgência para as demarcações de nossas terras!” Em carta endereçada aos “Três Poderes do Estado”, os participantes do ATL 2024 cobram celeridade nos processos que afetam seu modo de vida e sua existência. No documento, redigido em 22 de abril, os indígenas pedem fim ao que qualificam de “genocídio legislado”, criticando, entre outros 25 pontos, a entrada em vigor da lei que flexibiliza a tese do Marco Temporal e, segundo os indígenas, impulsiona

ações violentas contra lideranças e comunidades.

“A nova lei proporciona a ‘legalização’ de crimes e premia os invasores dos territórios”, diz o texto da carta. O documento associa o direito à terra à garantia dos direitos fundamentais dos povos originários e é taxativo: “Sem demarcação não há democracia! Diga ao povo que avance!”

A carta na íntegra pode ser acessada em <https://bit.ly/atl2024carta>. 



PSICÓLOGOS EM EQUIPE

O dia a dia de uma psicóloga em uma Clínica da Família mostra a importância das equipes multiprofissionais no SUS

LICIA OLIVEIRA*

Uma idosa sem familiares localizados acumula lixo em sua casa por anos. Os vizinhos relatam a situação aos agentes comunitários de saúde (ACS), pelo risco de dengue, mas é sempre difícil encontrá-la em casa — ou porque ela, de fato, não está ou porque se esconde, como se não estivesse.

Equipes de saúde se reúnem para decidir qual a melhor estratégia para o caso. Ali estão médicos, agentes comunitários, agente de endemias, assistente social e, entre outros profissionais, psicólogas. É preciso olhar o usuário da saúde de forma integral e não apenas separando os problemas em especialidades. A importância do psicólogo, neste contexto, vai além de identificar os possíveis problemas psíquicos desta pessoa e determinar o seu encaminhamento para uma unidade especializada.

O que se vê é um esforço coletivo, com várias propostas para que se possa resolver a situação individual da senhora, mas que, dada a proporção do acúmulo de lixo, também estava se tornando um problema de saúde pública. Este é apenas um dos exemplos de atuação de um psicólogo dentro de uma equipe multiprofissional de Saúde na Família.

O atendimento multiprofissional na Saúde da Família foi criado em 2008 com o surgimento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf). Porém, a partir de 2011, é que, de fato, o programa foi ganhando vida e forma, com um novo decreto que especificou o seu funcionamento. Em 2019, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, a iniciativa sofreu o seu maior baque: o núcleo — que amplia o olhar e as ações de cuidado, trazendo profissionais de diferentes áreas para a atenção básica — foi desarticulado.

No entanto, apesar do número de equipes ter caído, com uma redução de 17,2% entre 2018 e 2022, não foi exatamente o fim, visto que os governos municipais e estaduais mantiveram esse tipo de atuação, em alguma medida, mesmo sem a participação federal. Recentemente, a ideia do que era o Nasf foi resgatada pelo atual governo Lula e ganhou o nome de Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti) [saiba mais na página 26].

Radis visitou a Clínica da Família Anna Nery, no bairro do Rocha, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Ela faz parte da área 3.2 — o município do Rio de Janeiro é dividido em 10 áreas programáticas (AP) para gerenciar os serviços de saúde. Lá

encontramos Elaine Aude, que trabalha com o Nasf desde 2018, tendo atuado já em outras clínicas da família na Zona Norte da cidade. Acompanhamos um dia de trabalho, em que ela se dividiu entre atendimentos individuais e ações coletivas e conseguiu conversar conosco para explicar um pouco sobre a função do psicólogo em uma clínica da família.

Formada em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em 2011, Elaine começou a se interessar, ainda no início da graduação, pelas questões de saúde mental e pela saúde coletiva, por ter tido a oportunidade de ser bolsista em diversos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), como nos Caps-AD (referência para pessoas que estão enfrentando problemas com álcool e drogas) e Capsi (voltado para o atendimento de crianças e adolescentes).

Atualmente, ela está terminando o mestrado acadêmico em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). A psicóloga afirma que a experiência vivida nessas unidades foi essencial para despertar o seu interesse para trabalhar com saúde coletiva: “A minha trajetória profissional é muito atravessada pela saúde mental e pela saúde coletiva, que são duas paixões para mim”, afirma.

O APOIO É MULTIPROFISSIONAL

Engana-se quem pensa que o atendimento de psicoterapia é uma prioridade na função do psicólogo na Clínica da Família. “Nós fazemos várias ações, mas a psicoterapia não, porque é um cuidado especializado e que precisa de regularidade, de frequência e, às vezes, de uma intensidade, que não é a nossa proposta e nem temos agenda para isso, mesmo porque estou presente em outras clínicas da família”, explica Elaine. O trabalho do psicólogo nesse caso é atuar em conjunto com a equipe multiprofissional e a de referência, ou seja, aquela que atende as famílias e a comunidade, para observar o processo de saúde como um todo.

A equipe multidisciplinar da Clínica Anna Nery, por exemplo, é composta por nutricionista, assistente social, profissional de educação física, enfermeira obstétrica e fisioterapeuta. “A nossa proposta é ser uma equipe de apoio para ajudar as equipes de referência da clínica no

COLABOROU IZABELLY NUNES (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)



Equipes da Saúde da Família, Multidisciplinar e do Caps se reúnem para discussão sobre o caso de uma paciente.

LÍCIA OLIVEIRA

manejo dos casos que eles têm mais dificuldade, em que já fizeram todos os tipos de abordagem possíveis e não conseguiram dar conta daquela situação”, afirma.

Elaine também destaca a participação em atividades coletivas: “Fazemos grupos. Têm casos que a gente absorve, principalmente pensando na via do coletivo, e a gente também faz articulação com diversas redes, tanto com a rede de atenção psicossocial quanto com a articulação intersetorial, no caso de outros serviços que não sejam da saúde, como educação, assistência, esporte e lazer”, destaca.

Uma das características fundamentais de equipes multidisciplinares no SUS é a questão do apoio matricial [Veja na página 25]. Elaine explica como ocorre na clínica: “Esse apoio pode acontecer tanto por meio de atendimento conjunto, que a gente chama de interconsulta, ou pode ser também no caso de uma visita domiciliar. Fazemos discussões de caso e nos articulamos com os outros serviços”.

A psicóloga relata que, na unidade em que trabalha, não é apenas uma equipe que faz o matriciamento: há a participação de um Caps ou de um Capsi, no caso de crianças e adolescentes, para a discussão das estratégias de cuidado, por exemplo. “Fazemos o atendimento individual também, porém pensando no sentido de que é preciso um espaço maior, de mais alguns encontros para poder analisar qual é o melhor projeto de cuidado para aquela pessoa. E o usuário está junto com a gente nessa construção”, conta.

Durante a nossa visita, ocorreu a discussão do caso de uma paciente idosa com problemas mentais, que precisou da união de esforços entre as equipes (básica e de apoio) da clínica e do Caps que atende aquela região. Os profissionais da clínica tentavam estabelecer o contato há dois anos com ela, sem sucesso, muitas vezes pela dificuldade de encontrá-la em seu endereço ou por se mostrar arredia, com o agravante de que nenhum familiar foi localizado. As informações conseguidas pela equipe eram trazidas principalmente por vizinhos [Leia em Quando todas as equipes precisam se unir e intervir].

Elaine explica que a equipe multidisciplinar de apoio não é para atuar como porta de entrada. “A ideia é que o paciente sempre tenha passado pelos outros profissionais da atenção básica. No entanto, não vou mentir para você, às vezes acontece, mas não é o ideal. Até porque aquela pessoa pode não ter só uma questão de saúde mental, como outras situações que precisam de cuidados. Pode ter hipertensão ou diabetes ou, até mesmo, tuberculose, por exemplo. Então, toda a equipe precisa conhecer o caso”, afirma.

SAÚDE MENTAL PRESENTE NA SAÚDE DA FAMÍLIA

A psicóloga ressalta a importância da saúde mental na Atenção Primária e fala um pouco sobre as dificuldades e os pontos positivos do trabalho na Saúde da Família. “A principal dificuldade de trabalhar na atenção básica é o tempo. É um ritmo muito frenético. A atenção básica dá conta de muitas linhas de cuidado, não só a saúde mental”, reflete. Ela considera que outro desafio é organizar uma rotina que contemple esse cuidado — “principalmente levando em conta que a saúde mental não gera indicador, ao passo que outras linhas de cuidados geram, como, por exemplo, hipertensão, diabetes e tuberculose”.

Elaine lembra que é importante o bom diálogo e esclarecimento de funções entre equipes de referência e de apoio, para não haver grandes tensões. “É preciso fazer esse ajuste do nosso trabalho com os profissionais da equipe de referência. Vamos nos acertando, mas é fundamental que eles entendam que a saúde mental também faz parte da linha de cuidados deles. E nem todos conseguem compreender isso. Alguns ainda estão ligados a uma lógica ambulatorial. Mas, na verdade, a gente está aqui para compartilhar”, afirma.

Um dos grandes problemas de confundir o apoio matricial com o serviço ambulatorial é que os profissionais da equipe de apoio não têm como dar vazão à demanda. “Nosso papel é o de apoiar. É claro que, em alguns momentos, a gente acaba cedendo. Mas não podemos naturalizar isso. O objetivo é que

as equipes se tornem mais resolutivas”, relata. Com o suporte do matriciamento, os profissionais de referência — que são aqueles responsáveis diretos pelo cuidado na atenção primária — conseguem dar conta de muitas questões sem precisar encaminhar o paciente para a atenção especializada.

Quanto ao lado positivo deste trabalho, Elaine avalia a importância de conseguir enxergar o usuário por um olhar que não é o da patologização, ou seja, somente pela perspectiva do adoecimento. “O ponto mais interessante de trabalhar como psicóloga nesse serviço é poder abordar os sentimentos humanos como algo que faz parte da vida das pessoas. É muito potente no sentido de não patologizar a vida”, pontua.

Ela conta que isso ocorre especialmente no trabalho com crianças. “As crianças mais agitadas muitas vezes já são classificadas como possível paciente com transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). No entanto, é preciso entender que, por vezes, é apenas uma questão do processo do desenvolvimento daquela criança ou que ela está passando por alguma dificuldade na escola ou até mesmo sofrendo violência. Aliás, a violência é algo que atravessa muito”, relata.

E ao falar sobre violência, Elaine também lembra da importância dos determinantes sociais, que afetam inclusive a saúde mental, e como isso é um dado a ser considerado no trabalho das equipes de apoio. “Trabalhar a saúde mental e os determinantes sociais na atenção básica é dar voz aos sujeitos, para que as pessoas tenham mais conhecimento das coisas que acontecem em sua vida, sem patologizar”, avalia. E completa: “Se vamos por esse caminho [de só olhar a doença], a gente vai dar o remédio, mas não resolve o problema muitas vezes”.

A REALIDADE DE CADA LUGAR

Elaine já passou por muitas clínicas da família e afirma que, em uma mesma região, algumas questões podem variar em relação aos pacientes que chegam. “Cada clínica tem uma realidade diferente. Nessa unidade e em outra que é muito perto daqui, tem chegado muitos casos relacionados ao uso de álcool e drogas, à violência e questões envolvendo a infância. E no caso das crianças, de alguma forma elas sempre são atravessadas pela violência, e não percebia tanto isso em outras unidades”, descreve.

A ansiedade também está muito presente e a psicóloga vê uma relação direta dessa questão com a violência: “Pode ser desencadeada por causa de um tiroteio, por um relacionamento abusivo, por uma agressão ou até mesmo estupro”. A psicóloga percebe também um impacto maior nas questões de saúde mental após a pandemia de covid-19. “Com a pandemia, como se falava mais sobre saúde, as pessoas passaram a entender um pouco mais o que acontece com elas e assim buscaram mais ajuda, além da ansiedade originada com a própria covid, como os casos de covid longa”, completa.

Quando perguntada sobre o autocuidado do psicólogo, ela ressalta que o acolhimento entre os profissionais e a equipe também é importante, até para não levar trabalho para casa. “Tem sido possível trabalhar sem ficar angustiada em casa. O ambiente de trabalho é um fator que influencia muito nisso. Comecei há pouco tempo aqui [em 2023] e está sendo muito bom. Aliás, fui muito bem recebida em todas as unidades com as quais estou trabalhando agora”, conta.

“Trabalhar a saúde mental e os determinantes sociais na atenção básica é dar voz aos sujeitos, para que as pessoas tenham mais conhecimento das coisas que acontecem em sua vida, sem patologizar”

Elaine Aude, psicóloga



LUCIA OLIVEIRA

Segundo a psicóloga, uma situação oposta a essa pode ser um fator que desencadeia problemas para o profissional. “Quando você está em uma unidade em que não existe um acolhimento tão interessante para os profissionais, o ambiente se torna bastante adoecedor. Isso já aconteceu comigo. Como trabalhador da saúde, a gente sabe o que precisa fazer para preservar a saúde física e mental, mas nem sempre as circunstâncias de vida facilitam, não é verdade?”, comenta.



QUANDO TODAS AS EQUIPES PRECISAM SE UNIR E INTERVIR

IZABELLY NUNES*

Em uma tarde quente, na Zona Norte do Rio de Janeiro, vários profissionais se reuniram para debater mais uma vez o caso de G., idosa que há alguns anos acumulava lixo em casa. A equipe percebeu o agravamento da situação, pois o lixo já estava chegando ao teto do imóvel onde a senhora residia. Na sala da Clínica da Família, estavam médicos de família, a assistente social, a psicóloga, o gerente da clínica, agentes comunitários, uma equipe do Caps e o agente de endemias. Eles tentavam encontrar uma solução para aquela situação, já que ainda não tinham conseguido êxito nas tentativas de abordagem com G.

Muitas vezes ela era vista na rua e em locais próximos a sua residência carregando um antigo carrinho de feira — segundo os vizinhos, ele era utilizado para transportar o lixo até a casa. Uma das ACS diz que ela tinha resistência aos profissionais da área. A assistente social da clínica fez o levantamento e não conseguiu encontrar informações sobre parentes vivos, apenas que ela recebia benefício assistencial.

Os vizinhos eram os principais informantes sobre a situação de G., porque eram os únicos que conseguiam vê-la com mais frequência, especialmente S., morador da casa ao

MATRICIAMENTO E AS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES

Com a criação do Nasf, uma de suas concepções fundamentais foi o chamado matriciamento ou apoio matricial, que consiste em uma equipe multiprofissional que faz a retaguarda, com suporte técnico e pedagógico para a própria equipe de saúde diretamente envolvida. Este trabalho é realizado através de discussões de casos, temas, atendimentos e visitas domiciliares compartilhadas, ações conjuntas no território de atuação e resoluções terapêuticas.

O objetivo é que as equipes vejam seus usuários de forma integral e não de modo isolado, assim como aumentar a possibilidade de resolução de problemas de saúde com a própria equipe local, prevendo o encaminhamento para setores especializados quando realmente há necessidade.

DO NASF AO EMULTI

Em 2024, a Estratégia Saúde da Família (ESF) completa 30 anos de existência. Mas, nas mudanças ocorridas nessas três décadas, quando o Nasf surgiu?

O Núcleo de Apoio à Saúde da Família foi criado em 2008 com o objetivo de ter equipes multiprofissionais atuando na ESF, com a integração entre médicos, enfermeiros e profissionais de diferentes áreas de conhecimento, como assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, nutricionistas, entre outros.

A ideia da iniciativa era trabalhar conjuntamente nas discussões de casos clínicos, em atendimentos compartilhados, seja na unidade de saúde ou nas visitas domiciliares, e previa também a construção de projetos terapêuticos, com base numa perspectiva territorial-comunitária e a partir das necessidades da população. A universalização do Nasf ocorreu a partir de 2011, quando houve atualizações na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e, assim, o Nasf se constituiu na estrutura pela qual ficou conhecido, mesmo com as particularidades de cada região.

Em 2017, com uma nova revisão da PNAB, o conceito de “Apoio” foi substituído por “Ampliado” — e as equipes passaram a se chamar Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB). Ao mesmo tempo em que, entre 2016 e 2018, havia grande número de equipes estabelecidas, foi a partir dessa época

que uma série de desmontes no SUS passou a afetar o programa [Radis 183].

Em 2019, quando houve a publicação da Portaria nº 2.979, o novo modelo de financiamento do custeio da Atenção Primária à Saúde em relação ao SUS (Previne Brasil) não incluiu os profissionais do Nasf-AB, o que acarretou a falta de manutenção ou formação destas equipes multiprofissionais na maior parte dos municípios brasileiros. Em janeiro de 2020, um novo decreto previa que não haveria mais o credenciamento de novas equipes.

Já em 2023, com o novo governo Lula, houve a publicação da Portaria GM/MS nº 635, em que foi novamente instituído e definido o incentivo financeiro federal de implantação, custeio e desempenho para as equipes Nasf-AB. Além disso, a nova gestão trouxe um novo nome: Equipes Multiprofissionais na Atenção Primária à Saúde (eMulti). Também foi estabelecido o aumento do custeio de financiamento para as equipes multiprofissionais e houve a inclusão de novas especialidades médicas na composição das equipes (cardiologia, dermatologia, endocrinologia, hansenologia e infectologia). No entanto, uma das questões ainda contraditórias é que, neste novo parâmetro, o apoio matricial não está totalmente claro entre suas definições, o que pode levar a equívocos no objetivo da formação destas equipes. (L.O)

O QUE É EMULTI?

As equipes multiprofissionais na APS (eMulti) são compostas por profissionais de saúde, de diferentes áreas do conhecimento e categorias profissionais.

O QUE FAZEM?


Fortalecem as articulações na rede do SUS e com outros setores (educação, serviço social, cultura, lazer, esporte, entre outros).

lado, que conseguia passar informações mais precisas para a equipe. Cadastrada há dois anos pela clínica, os agentes nunca foram recebidos por G. ou não conseguiam encontrá-la em casa, dificultando qualquer possibilidade de acolhimento.

O motivo da reunião era a busca por uma solução urgente para o caso, visto que com o lixo até o teto, tanto a saúde de G. quanto a dos vizinhos estava em risco. Discussões de casos como esse são comuns nas equipes multidisciplinares da atenção básica, no SUS: diferentes olhares contribuem para entender o contexto de vida das pessoas, que afetam suas questões de saúde.

A assistente social do Caps explicou a diferença entre uma abordagem compulsória, que precisaria de autorização judicial para entrar na residência de G., e uma possível internação involuntária, em que seria necessário chamar o Serviço de

Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e os bombeiros. A equipe reunida pesou também os possíveis riscos em cada uma das abordagens, inclusive para G. Um ponto importante que eles destacaram foi como são diferentes as visões de uma equipe emergencial e uma equipe de atenção básica que acompanha o caso no dia a dia.

Até que uma das agentes sugeriu fazer uma ligação para o vizinho S. para tentar descobrir se G. poderia estar em casa naquele momento. Com a resposta positiva, parte da equipe decidiu ir até ela para tentar mais uma vez uma abordagem, incluindo os profissionais do Caps. Eles finalmente conseguiram fazer com que G. fosse encaminhada a uma emergência psiquiátrica de um hospital municipal da região, para que depois tivesse o acolhimento no Caps. E, assim, corre mais um dia comum numa Clínica da Família da Zona Norte do Rio de Janeiro. 

Elisama Arnaud é porta-bandeira do Loucura Suburbana

FOTOS LUÍZA ZAUZA

ABRE ALAS PARA A LIBERDADE

No mês da luta antimanicomial, um encontro com blocos de carnaval carioca que ajudam a reinventar o cuidado em saúde mental

GIOVANNA GARCIA* E LUÍZA ZAUZA*

É na organização do cortejo que ouvimos as primeiras ameaças, em tom de brincadeira: “Eu vou sair, hein. Estou pronto, hein”. Ao redor do pequeno trio elétrico, os corpos se ajustam: ainda cheirosos e pouco suados, mas já animados. “Não me segura, eu quero ir!”, repete em alto e bom som o intérprete e puxador Binho do Cavaco.

Está na hora de abrir oficialmente o carnaval do subúrbio carioca e do Rio de Janeiro como um todo. Lotado de fotógrafos, foliões entusiastas, moradores da região do Méier e Engenho de Dentro e, principalmente, de profissionais e usuários da rede pública de saúde mental da capital, o Instituto Nise da Silveira ficou pequeno. Chegou a hora. E não há, de fato, quem segure essa multidão.

“Não me segure, meu bem, estou aqui! No Loucura Suburbana, onde vou me divertir”, cantavam em uníssono as

ruas do entorno do Instituto no Engenho de Dentro, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A letra é chiclete e foi composta por Adilson Tiamo, músico, compositor, usuário da rede carioca de saúde mental e (mais uma vez) campeão do concurso de sambas-enredos do bloco Loucura Suburbana. Adilson é uma das muitas figuras carimbadas do carnaval de rua conduzido pelos familiares, usuários e equipes profissionais das instituições e Centros de Atenção Psicossocial (os Caps) do Rio de Janeiro.

Quatro dias antes, lá estava ele, do outro lado da cidade, na Avenida Pasteur, no bairro da Urca, na Zona Sul, levantando um cartaz escrito “liberdade” em letras garrafais. Empolgado para mais um desfile do bloco Tã Pirando, Pirado, Pirou!, Adilson se aproximou da equipe de *Radis* e pediu uma foto. “Você é estudante de Psicologia?”, perguntou para uma foliã

próxima. “Não, faço Letras” “Você tem cara de estudante de Psicologia. Bom, eu faço ciências ocultas e letras apagadas”, brincou.

A cada ano, da Zona Norte à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, os blocos de carnaval da saúde mental consolidam e fazem valer as mudanças revolucionárias previstas pela reforma psiquiátrica brasileira, assinada por lei em 2001. Longe do estigma e da violência, os pacientes são tratados com autonomia e respeito, tendo em vista seus direitos como cidadãos e seu valor como indivíduos.

Trocas de experiência como a da cantora e usuária do serviço de saúde mental, Flávia Cristina, e do musicoterapeuta Diogo Tapler hoje são possíveis: “Quando estávamos

vindo para cá, Flavinha me perguntou: ‘Diogo, por que eu não vou para o Caps todos os dias?’ ‘Você queria, Flavinha?’ ‘Eu quero!’”.

Do Méier a Botafogo, *Radis* foi atrás dos cortejos desses dois blocos em busca de entender suas origens e seu impacto na vida dos usuários da rede de saúde mental. Embora sejam os mais antigos, não são os únicos pelas ruas da cidade todo mês de fevereiro: a receita que combina a folia carnavalesca com as boas práticas previstas pela reforma psiquiátrica brasileira se espalhou por Bangu, Jacarepaguá e até para Niterói. Zona Mental, Império Colonial e Loucos pela Vida, respectivamente, vivem sob as mesmas premissas dos seus parceiros: abrir as portas para a liberdade entrar.



Para realizar os desfiles, voluntários, moradores do entorno e foliões se juntam a familiares, usuários e funcionários da rede de atenção psicossocial.

PIRAÇÃO DA ALEGRIA

“A lô, Caps Torquato Neto! Chegou a hooooora!”. Com essa sílaba em suspenso, o grito de guerra de Flávia Cris ressoou por toda a extensão da Avenida Pasteur no dia 4 de fevereiro. O fôlego é proporcional à emoção de cantar a música que compôs diante de uma multidão empolgada para mais um desfile do bloco Tá Pirando, Pirado, Pirou. Se é possível eleger, “eu acho que esse foi o ano mais marcante”, ressalta o musicoterapeuta e profissional de referência de Flávia, Diogo Tapler. “Primeira vez que ela canta em cima do trio elétrico”, relembra.

“Eu cantei no trio elétrico! Aii”, diz Flávia, animada. “Todo mundo vibrando e eu não enxergava ninguém. Eu virava, não via ninguém, mas eu fiquei feliz”, brinca ela,

que também é cega, sobre sua deficiência visual. “Sentia a energia! Eles gritando ‘Flávia! Flávia’, ‘Aplausos, aplausos pra Flávia’. Todo mundo cantando a minha e as outras músicas do Tá Pirando. Os outros usuários dos outros hospitais cantando. Foi ótimo!”

Flávia é compositora, cantora de mão cheia e usuária do Caps Torquato Neto, em Del Castilho, bairro da Zona Norte do Rio. Já foi trabalhadora doméstica e radialista. Além de música, escrevia poesia. Hoje é integrante do coral que Diogo coordena no Torquato Neto e é conhecida de outros carnavales, como os que venceu pelo Loucura Suburbana. Flavinha, como é gentilmente apelidada por Diogo, tem uma veia para o samba.

Antes mesmo de iniciar a entrevista, os dois ensaiavam despreziosamente na sala do bloco no Instituto Municipal Philippe Pinel, em Botafogo. Logo mais, Flavinha sugeriu uma mudança na forma de cantar uma nota da letra de “Mulher guerreira, levanta a bandeira para resistir”, que escreveram juntos e foi a campeã desse ano. “Ih, ficou incrível”, elogiou Diogo.

Os blocos da saúde mental cumprem anualmente a tradição de realizar uma competição de sambas. Funciona assim, explica Paulo Amarante, psiquiatra, pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial (Laps/Fiocruz) e autor do enredo vencedor de 2024: Com o tema escolhido — também democraticamente, com chamada pública, votação de júri e defesa da ideia por seus criadores — chega o momento de escolher a canção que vai embalar o desfile daquele ano. As composições precisam necessariamente mencionar o nome do bloco e seguir o tema. Assim, com uma reunião no casarão e casa de show RioScenarium, no Centro do Rio, todos os competidores se apresentam e são avaliados. Sai dali um vencedor — esse ano o “Loucas, divinas e maravilhosas: mulheres que mudaram o mundo” de Amarante — e o embalador para o cortejo que se aproxima.

INFINITOS CARNAVAIS

Maria do Socorro, Rita Lee, Nise da Silveira, Dona Ivone Lara, Estamira, Jovelina, Lilith / Que mudaram o mundo, com a sua história

Na avenida, era possível se perder no mar de estandartes coloridos e ornamentados que homenageavam as mulheres dos versos de Diogo e Flávia. Um em especial honrava a memória de figuras cruciais para o bloco, fundadores que se foram durante a pandemia de covid-19. Os “encantados presentes”, como são celebrados na bandeira, são Tatinho da Mangueira, padrinho do bloco; Luís Carlos Pinto, artista e usuário dos serviços de saúde mental; Elizete Cardeal, parceira e familiar atuante, casada com um usuário do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o João Batista, conhecido como Palhaço Pirulito; e Gilson Secundino, artista que se tratava no Pinel e foi o responsável por uma das emblemáticas e míticas histórias de origem do bloco.

“Foi [Secundino] quem disse: ‘Se é para fazer carnaval, não vamos fazer só para quem já pirou e está internado, vamos para rua brincar com quem ainda está pirando. Nós que aqui estamos, por vós esperamos. Tá todo mundo junto; tá pirando, pirado, pirou!’”, conta Alexandre Wanderley, psicanalista, cofundador e coordenador do Coletivo Carnavalesco e Ponto de Cultura Tá Pirando, Pirado, Pirou! Folia, Arte e Cidadania. “Esse é o nome completo e formal”, brinca.

Alexandre faz questão de sublinhar o aspecto coletivo presente no nome. “Essa ideia, inclusive, tomamos de



Blocos da saúde mental carregam os lemas da luta antimanicomial ao garantir autonomia e respeito aos usuários



empréstimo da psicoterapia institucional francesa de Jean Oury. Ela diz que o coletivo é um dispositivo simbólico capaz de acolher imediatamente o estranho que chega”, revela. Nascido em 2004, no rastro da Reforma Psiquiátrica Brasileira e da segunda onda de revitalização do carnaval de rua carioca, o Tá Pirando, Pirado, Pirou!, na verdade, surge de um acaso. No pátio do Instituto Pinel, durante uma festa de carnaval dos internos, iniciou-se um cortejo espontâneo pelo ambulatório, enfermarias e setores do Instituto.

Mas das pegadas desse improviso saiu uma gafe: “Fomos parar em frente à unidade de tratamento alcoolista. Só depois que nos demos conta que ficamos parados ali cantando “Se você pensa que cachaça é água...”,” descreve Alexandre. Desde essa primeira movimentação até o primeiro desfile na Rua Lauro Muller — “uma ruazinha apertada, fomos com um carro dos sindicalistas da Petrobras. Botamos uma caixa de som no porta-malas, uma coisa bem desprezível” — e a tomada definitiva da Avenida Pasteur, vinte anos se passaram. Nesse meio tempo, o Tá Pirando forjou parcerias institucionais, ganhou a simpatia dos moradores do entorno do Pinel e se tornou um marco do carnaval da cidade.

“É a essência do nosso trabalho: fazer frente à exclusão violenta e histórica da Psiquiatria e ocupar a cidade e os territórios”, sustenta Alexandre. Inclusive, em 2023, o bloco foi convidado a integrar a Sebastiana, principal liga de blocos de rua do Centro e da Zona Sul do Rio de Janeiro. Uma chancela importante e honrosa, afirma o psicanalista, já que apenas 13 dos blocos mais tradicionais da região fazem parte, como Monobloco, Sovaco do Cristo, Simpatia É Quase Amor e Bloco do Barbas. “Conseguimos extrapolar o campo da saúde mental e fazer parte dessa agenda carioca”, enfatiza. Antes de qualquer reconhecimento externo, porém,

segundo Alexandre, Gilson Secundino ficaria muito feliz com essa notícia.

PROJETO DE VIDA E CIDADE

Tá pirando, tá pirado, pirou ô ô ô ô / Samba na ponta do pé é é é é

Guiando uma imensidão de pessoas até o pé do Pão de Açúcar — “a nossa Apoteose”, caracteriza Alexandre —, onde, dali, seguem até as areias da Praia Vermelha, o Tá Pirando cria um percurso político e simbólico. Na Avenida Pasteur, onde hoje reside o campus da Praia Vermelha da UFRJ, em 1852, Dom Pedro II fundou o primeiro hospício do Brasil. “Fazemos um trajeto que parte dali e vai para o mar traz essa imagem de liberdade”, afirma o psicanalista.

Para sair do status de Hospício Pedro II e se chamar Instituto Phillippe Pinel, foram e são necessárias iniciativas como as do Tá Pirando, que não se resumem às comemorações de fevereiro, mas sustentam um trabalho contínuo ao longo do ano. Em 18 de maio, o Movimento da Luta Antimanicomial resalta a luta pelos direitos das pessoas com sofrimento mental, no Dia Nacional da Luta Antimanicomial (leia box).

As oficinas de Composição Musical e Registro fonográfico, de Artes Plásticas, e de Percussão, além das rodas de samba mensais realizadas no Caps Franco Basaglia, em Botafogo, fazem parte desse projeto ampliado do bloco que, inclusive, também garante remuneração e gera renda para músicos, intérpretes, oficinairos e colaboradores, sejam usuários ou não.

Flávia Cris e Diogo Tapler, compositores ganhadores do samba de 2024 do Bloco Tá pirando, pirado, pirou



“Como disse Franco Basaglia, presente no panteão dos grandes que transformaram a assistência psiquiátrica em Saúde Mental, é preciso colocar entre parênteses o diagnóstico”, diz Alexandre. “Retirar as lentes da psicopatologia para olhar aquela pessoa”. E não faltam retornos e depoimentos que mostram que essa é a atuação padrão nos Caps e projetos da rede de saúde mental de hoje, como o Tá Pirando, Loucura Suburbana e muitos outros. Só Alexandre enumera uns quatro, como a de Enéas Elpídio, violinista e coordenador da oficina de composição, que um dia disse “Eles não me veem como usuário, eu sou uma pessoa”; e a de André Poesia, intérprete do bloco que, sempre ao final do desfile, pergunta “Mas esse bloco não vai acabar, não, né?”.

Já Flávia Cristina faz questão de repetir que, quando chegava o carnaval no Instituto Nise da Silveira, onde ela mesma passou algum tempo de sua vida, “[os usuários] ficavam muito felizes, pulando, sem nenhuma violência. Todo mundo brincava, se divertia, era muito bom”. À essa fala de Flávia, Diogo Tapler acrescenta: “Carnaval é um remédio, né?”.

Para Paulo Amarante, os resultados dessas ações integradas com arte e cultura vão além dos efeitos terapêuticos. “Basaglia disse: nem arte como terapia, nem como entretenimento. Mas como reinvenção de vida, como outra forma de pensar e reconstruir o sujeito”, considera.

Alexandre aponta um caminho parecido. “Embora nosso projeto não tenha propriamente a intenção de ter um efeito terapêutico, como é, por exemplo, um tratamento mais stricto sensu, psicofarmacológico e psicoterápico, nosso trabalho é de intervenção na cultura. É de modificar o imaginário social sobre a loucura, de cortar certas representações estigmatizantes e estereotipadas que veem o

louco como uma figura perigosa ou [alguém] que não cria, com quem não se pode conviver, que não produz”, avalia.

Ao chegar perto da concentração do Tá Pirando naquele domingo do dia 4 de fevereiro, via-se na prática o motivo de tantos relatos apaixonados e de tanta energia e luta dispendidas para fazer essa festa acontecer. Essas respostas estão nos detalhes que trazem vida, cor e legado ao bloco. Como na mensagem que Madame Bondão, escultura de isopor de dois metros criada pelo ilustrador oficial do bloco, Samy Chagas, carrega, “Nenhum passo atrás, Manicômio nunca mais”. Ou nos versos de um dos antigos sambas-enredo, “Na Avenida Pasteur, eu sou mais um, eu sou mais um cidadão”.


O Dia Nacional da Luta Antimanicomial é celebrado em 18 de maio como fruto das mobilizações e conquistas da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Aprovada em 2001 através da Lei 10.216, a reforma redirecionou o modelo de atenção à saúde mental para um que protege e defende os direitos e a liberdade das pessoas em tratamento psiquiátrico. O Movimento da Luta Antimanicomial, entretanto, começou a ser construído anos antes, no final da década de 70, em um momento de efervescência política: a campanha das Diretas Já, a criação do SUS na 8ª Conferência de Saúde, e o empenho coletivo dos profissionais da saúde mental em torno do II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental em dezembro de 1987 na cidade de Bauru (SP) – onde se formava o lema Por uma Sociedade Sem Manicômios e se firmava o Dia Nacional da Luta Antimanicomial.

LOUCURA CARNAVALESCA

Ao andar pelas ruas do subúrbio carioca, nos dias de carnaval, o que se vê é alegria, libertação e um momento de extrapolar os sentimentos. Além disso, é possível encontrar um bloco carnavalesco cheio de loucos, loucos foliões. Afinal, a palavra “folia” em francês significa loucura. Mais especificamente na Rua Ramiro Magalhães, Engenho de Dentro, na Zona Norte do Rio Janeiro, quem faz os cortejos, com direito a estandartes, porta-bandeira, mestre-sala, samba do ano, cartazes e muito mais, é o Loucura Suburbana. Nascido em 2001 e criado dentro do Instituto Nise da Silveira, o Loucura é o primeiro ponto de cultura e bloco de carnaval em Saúde Mental da cidade do Rio de Janeiro. O bloco foi um marco e, ainda hoje, desfila nos arredores do Engenho de Dentro para felicidade dos foliões.

O atual Instituto Municipal Nise da Silveira nasceu em 1911, como Colônia de Alienados do Engenho de Dentro, e recebeu os registros de pacientes daquele que foi considerado o maior hospício do Brasil, o Hospital Psiquiátrico Pedro II, um lugar de tortura e de internação de pessoas que precisavam de suporte psicológico, subjugadas pelos preconceitos e pelas antigas práticas utilizadas na época. Graças a profissionais como Nise da Silveira, que depois foi homenageada com o nome do instituto, a luta antimanicomial venceu alguns obstáculos e ganhou espaço desde então.

A humanização dos pacientes, a proibição de tortura e maus tratos, a implementação da cultura e arte foram fundamentais nesse processo que ainda está em andamento. Para lembrar essa luta, um elemento tem presença garantida



Adilson Ti Amo é folião assíduo dos blocos da saúde mental do Rio de Janeiro e seu samba foi o enredo vencedor de 2024 do Loucura Suburbana

no bloco: a boneca de Nise da Silveira desfilando no Loucura Suburbana.

Pode-se dizer que o Loucura é parte da história dessa luta por direitos e contribui para o instituto se tornar um espaço seguro para os pacientes, e onde eles possam expressar suas vontades. Ariadna Mendes, psicóloga do Ministério da Saúde e fundadora do bloco carnavalesco, conta que nenhum dos destaques do bloco aconteceu por concurso, todos foram uma autoescolha. “Um dia a porta-bandeira não pode vir e a Elisama, atual porta-bandeira, disse que queria ser e ocupa a função até hoje. Assim foi com o mestre-sala, o intérprete e a passista. É interessante como o bloco passa a ser também um local de expressão de desejo e uma possibilidade de realização”, reflete. O protagonismo é dos pacientes: são eles que escolhem e escrevem o samba, que fazem parte das oficinas e se elegem como destaques do carnaval.

PROTAGONISTAS DO LOUCURA

Esperiei o ano inteiro pelo seu calor / Que loucura, meu amor!

Na sede do bloco, quando se entra no pátio principal, há registros por todos os lados: no centro, há uma placa bem colorida escrita Loucura Suburbana, tradicionalmente carregada no dia do desfile, e no canto esquerdo tem uma estátua de um homem loiro com cabelo cacheado e óculos redondos. É o professor de música e responsável pela parte musical do bloco, Abel Luiz. A filha da enfermeira Julia, que trabalha no Nise, fez quando ainda era pequena.

Abel conta à *Radis* uma história do compositor Adilson Tiamo: um dia, ele chegou com a polícia no Nise e foi

Fernando Mesquita, da bateria, que assinou um papel para liberá-lo. A polícia o havia detido enquanto andava na Linha Amarela [linha expressa onde só é permitido transitar automóveis], vindo de Jacarepaguá, bairro da Zona Oeste. Adilson achava um absurdo: o caminho para chegar mais rápido vindo de Jacarepaguá é a Linha Amarela. Ele estava sem grana, sem moto, aí iria ter que fazer um desvio a pé até Madureira. A reflexão era: “Eles constroem via expressa para todo mundo, menos para o pedestre, menos para bicicleta. Não tem nada pra gente. Eu quero o meu direito de ir e vir.”

Adilson Tiamo é o atual compositor do Loucura com o samba do ano “Te Amei, Te Amo, Te amarei...”. Abel lembra quando ele ganhou o samba “Que Loucura, Meu Amor”, em 2014. “Ele chegou e falou: ‘Abel, mostrei lá na Colônia [Juliano Moreira, em Jacarepaguá]. Todo mundo falou que esse samba ia envergonhar, mas mesmo assim decidi trazer. Ele começou a cantar. ‘Esperei o ano inteiro pelo seu calor, que loucura’ e eu na hora disse que o samba é bom para caramba e que ia explodir no carnaval. Ele gravou e virou o hino do Engenho de Dentro. Ganhou o samba em 2014 e sempre pedem quando cantam as músicas antigas do bloco”, conta Abel.

ACOLHIMENTO E FAMILIARIDADE DO ENGENHO DE DENTRO

Engenho de Dentro me alucina / Meu primeiro amor...

O músico que tem o prazer de ter uma estátua no saguão do bloco conhece o Nise da Silveira por ter nascido nas proximidades do Engenho de Dentro. Desde criança, Abel Luiz brincava dentro do instituto, fazia parte

do Centro de Apoio a Crianças e Jovens e jogava futebol e capoeira. É um exemplo da comunidade externa que faz parte do bloco e das atividades do instituto. Para ele, essa interlocução entre comunidade e pacientes é fundamental.

“A música é um idioma cristalizado comum entre diferentes pessoas, diferentes trajetórias e diferentes complexidades. O som é essa coisa comum que reúne pessoas”, reflete. Essa interação entre a comunidade e os pacientes, por meio das oficinas e dos blocos, “desconstrói o ordinário construído pela sociedade”.

A blusa do Bloco de 2024 tinha a frase de Michel Indiano [um dos compositores que disputa samba no bloco] estampada: “Quem não sabe o que é loucura, não entende o que é amar”. Ariadna entende que a participação

da comunidade vai se dando pouco a pouco, mas surgiu desde o primeiro ano. Um evento em específico marcou a psicóloga: um dia, uma vizinha do instituto perguntou se queriam ajuda. O bloco tinha apenas três anos. Para ela, aquele momento foi simbólico: a comunidade estava chegando e se propondo a ajudar, iniciando uma interação. Os pequenos núcleos de atividades já começavam a acontecer com pessoas que frequentavam o hospital e viviam nos entornos do bairro.

EMOÇÃO, ALEGRIA E LIBERTAÇÃO


A liberdade é a loucura de amar!

Márcia Marzoni Viceconte, coordenadora do ateliê de adereços e fantasias do Loucura Suburbana, veio também da comunidade, conheceu um curso de corte e costura quando trouxe seu marido para fazer um tratamento no Instituto. Já tinha feito o curso antes, mas tinha interesse em aprender sobre as máquinas industriais. E hoje é apaixonada pelo bloco: o ateliê é onde passa a maior parte do tempo. Ele funciona de segunda a sexta, de dezembro até o dia do desfile. São feitas as fantasias dos destaques do bloco, da porta-bandeira e do mestre-sala.

O grupo de pessoas que frequenta as oficinas e alguns voluntários são responsáveis por colorir o bloco do subúrbio. Márcia conta que não é fácil, mas no final tudo vale a pena. “Embora seja estressante, é muito gostoso, porque quando o bloco sai eu sempre digo isso: a gente vê um trabalho realizado através do nosso sacrifício. A gente vê as pessoas felizes, né? Todos estão ali sendo aplaudidos”, descreve. No restante do ano, quando passa o carnaval, o ateliê produz tiaras, miniestandartes e bolsas para venda. Segundo Márcia, já fizeram dois estandartes grandes até para o Museu do Amanhã, no Centro do Rio.

Fernando Mesquita, de 40 anos, mestre de bateria da Insandecida - com I mesmo, desafiando a gramática -, como é chamado o conjunto de instrumentistas do bloco, conta que desfilam mais de 40 pessoas. Na bateria, o Loucura Suburbana representa também um momento de emoção, de pura catarse, muitas pessoas chegam ao final do desfile chorando. As oficinas de percussão acontecem com os usuários que frequentam o Instituto e outras pessoas que demonstram interesse; nelas são trabalhados exercícios de coordenação, velocidade e resistência.

O músico lembra que, em uma das oficinas, levaram um dos pacientes que estava em crise e, por incrível que pareça, o samba que é superacelerado, acabou sendo calmante para ele. “Não sei como definir o que aconteceu, não posso dizer qual é o efeito, mas o ritmo acelerado acalmou o cara. A música é isso”, diz.

No dia do desfile, usuários e profissionais da rede de atenção psicossocial, familiares e vizinhança tornam-se uma só multidão. “Eu acho que o carnaval, em primeiro lugar, é uma festa democrática e é o lugar em que todo mundo pode ser o que quiser. Os loucos podem ser o que quiser e quem não é louco pode ser louco também. É uma festa em que há igualdade”, conclui Ariadna. 



Estandartes e cartazes quebram os estigmas da loucura com trocadilhos divertidos

CRIANÇAS E O CLIMA

O livro *Mudança Climática: O Que Temos A Ver Com Isso?* (Editora Moderna), escrito por Januária Cristina Alves (coordenação) e Caia Amoroso, traz um panorama sobre como as atitudes humanas impactam todo o planeta. Com imagens e referências da atualidade, a obra fala sobre aquecimento global, ressalta a urgência pela proteção da Floresta Amazônica e de outros biomas, aborda crimes ambientais e outros temas prioritários para o futuro do planeta. O livro é voltado para crianças a partir de 11 anos.



FIOCRUZ É SUS: RODAS DE SABERES, PRÁTICAS COMPARTILHADAS



POTÊNCIA DO SUS

Novo livro da Plataforma IdeiaSUS, *Fiocruz é SUS: rodas de saberes, práticas compartilhadas* apresenta experiências de saúde que realçam a potência do SUS e de seus trabalhadores e mostra um sistema público de saúde diverso e

ativo. Organizado por Claudia Le Cocq, Marta Magalhães e Wagner Barbosa de Oliveira, a obra tem sete capítulos, sendo que um deles foi traduzido, de forma inédita, para o Guarani. As experiências destacadas podem ser assistidas no Canal da Plataforma IdeiaSUS, no Youtube.

RACISMO AMBIENTAL

A emergência climática está trazendo à tona demandas urgentes dos movimentos negros e visibilizando as dimensões de vulnerabilidade social e ambiental de grupos historicamente excluídos a terem direitos. Organizado por Mariana Belmont, *Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil* (Instituto de Referência Negra Peregum e Oralituras Editora) é uma provocação ao movimento ambientalista branco, para que as desigualdades, em especial o racismo seja tema central nas discussões climáticas, mas é principalmente a busca para que o Estado seja responsabilizado pela inoperância nos territórios vulnerabilizados. Baixe a publicação em: <https://bit.ly/livroracismoambiental>.

RACISMO AMBIENTAL E EMERGÊNCIAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

MARIANA BELMONT
[ORGANIZAÇÃO]

60 ANOS DO GOLPE

O livro *1964: Do Golpe à Democracia* (Editora Hedra) reúne textos e depoimentos inéditos que jogam luz sobre o golpe de 1964, seu rescaldo a longo prazo e o modo como as instituições e os atores políticos lidaram com o entulho autoritário. A publicação, com textos compilados por Angela Alonso e Miriam Dolhnikoff, traz reflexões de intelectuais que vivenciaram e hoje trabalham na restauração do sentido histórico dos acontecimentos e na indicação dos responsáveis pelos atos da ditadura militar e abre espaço para pesquisadores trazerem novas perspectivas para o debate.



CONTRA



FOGO

PABLO L.C. CASELLA

CONTRA FOGO

Escrito com uma linguagem marcada pela oralidade, *Contra Fogo* (Editora Todavia) é um romance profundo sobre o tema urgente da crise climática. O livro de estreia de Pablo Casella mostra como brigadistas voluntários, moradores da região da Chapada

Diamantina, na Bahia, arriscam a vida para deter o avanço descontrolado das chamas que devoram a fauna, a flora e os rios. Sem poder aguardar a ação das autoridades burocráticas, as pessoas que vivem nas regiões afetadas pelas queimadas aprendem a apartar na marra a briga do fogo com a terra.

POR QUE É URGENTE FALAR SOBRE CRISE CLIMÁTICA E DESLOCAMENTOS HUMANOS

THAIS FRANÇA*

O escritório da ONU para a Redução do Risco de Desastres documentou que na América Latina, entre 2020 e 2022, pelo menos 190 milhões de pessoas foram afetadas por 1.534 desastres relacionados com as alterações climáticas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a região pode enfrentar a perda de 2,5 milhões de empregos até 2030 devido a ondas de calor. Além disso, o Banco Mundial projeta que, até 2050, os danos econômicos infligidos pelas mudanças climáticas nos países latino-americanos podem chegar a incríveis US\$ 100 bilhões anualmente.

A migração humana provocada por mudanças ambientais não é uma novidade. Contudo, o cenário atual tem provocado transformações significativas nestas dinâmicas, apresentando novos riscos sociais, econômicos e políticos que têm o potencial de aumentar desigualdades sociais globais. Apesar de um crescente reconhecimento — tanto na esfera política como científica — do nexos entre clima e migração, a complexidade desse fenômeno traz grandes desafios na formulação e implementação de políticas eficazes, na gestão de recursos e na promoção de respostas humanitárias adequadas.

Isso ocorre porque os deslocamentos humanos são fenômenos multicausais, impulsionados por diferentes fatores, a exemplo de condições socioeconômicas, contextos políticos e fatores subjetivos, aos quais a crise climática se une como um potencializador. Se por um lado as mudanças ambientais exacerbam as vulnerabilidades já existentes — como o subemprego, a insegurança alimentar e os riscos sanitários —, aumentando a propensão de certas populações a migrarem, por outro elas também promovem “imobilidades” forçadas, ao comprometer o acesso desses grupos a recursos econômicos necessários para se deslocarem. Além disso, devido às assimetrias geopolíticas, a exposição aos riscos e a capacidade de respostas aos desafios trazidos pelas alterações climáticas são desiguais entre países.

Com o aumento das migrações internacionais por conta da pandemia de covid-19 e a eclosão de conflitos armados em diferentes países do mundo, bem como o crescimento dos partidos nacionalistas e de movimentos anti-imigração em todo o mundo, observa-se uma disseminação de discursos

que promovem a intensificação de políticas de securitização e militarização da migração.

Nesse contexto, alegações enganosas e alarmistas sobre migrações em massa devido às mudanças climáticas têm ganhado força. Essas narrativas perpetuam o mito da “migração climática” ou “fuga climática” como um risco de segurança, contribuindo para a implementação de medidas de maior controle da gestão de fronteiras e para criação de políticas de migração com sistemas de vistos ainda mais restritivos. A narrativa da crise da “imigração climática” reforça o discurso pós-colonial do imigrante como um problema a ser controlado. Contudo, se reconhecermos o direito de cruzar as fronteiras como um privilégio, a emergência climática intensifica as desigualdades entre quem pode ou não se deslocar internacionalmente.

Ainda que o alerta sobre o potencial da crise climática em alterar as dinâmicas de mobilidade humana seja importante, sem uma reflexão crítica que permita uma melhor compreensão do porquê, como e para onde as pessoas se movem, ele se torna contraproducente. Projeções sobre como os fluxos migratórios podem ser influenciados pelo clima têm grandes implicações para políticas de governança das mobilidades, mais especificamente no que se refere ao direito de imigrar e ao acesso à proteção legal. Contudo, estimativas exageradas sobre as mobilidades resultantes das alterações climáticas que desconsideram sua complexidade servem mais para alimentar o pânico social sobre os riscos de uma onda migratória descontrolada do que propriamente oferecer evidências para um debate informado e transparente.

Percebe-se, assim, que as alterações ambientais têm o potencial de exacerbar as dinâmicas de discriminação, racismo, exclusão e segregação que atravessam as experiências cotidianas de imigrantes, refugiados e refugiadas. Nesse sentido, a crise climática é também uma crise social e, portanto, uma questão de justiça social. Por isso, é fundamental que o debate sobre o seu enfrentamento inclua o seu impacto nos deslocamentos humanos, não apenas no que diz respeito à sua prevenção, mas sobretudo para a criação de políticas que garantam o direito de imigrar, de asilo e proteção internacional.

■ THAIS FRANÇA É PESQUISADORA DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS EM SOCIOLOGIA DO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, PORTUGAL (CIES-ISCTE).



FAÇA SUA DOAÇÃO

E NOS AJUDE A APOIAR AS VÍTIMAS DAS ENCHENTES

fiocruz.colabore.org/unidosporRioGrandedoSul

RADIS

WWW.RADIS.ENSF.FIOCRUZ.BR